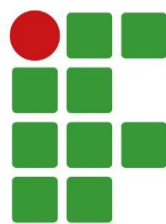


PPP – Projeto Político- Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL

São Paulo

Câmpus Avançado Jundiaí

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP
Câmpus Avançado Jundiaí

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Projeto Político-Pedagógico elaborado pela comunidade do Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Jundiaí (IFSP-JND), em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, para o período de 2018-2022

Jundiaí, jun/2018

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Rossieli Soares da Silva

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

**REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SÃO PAULO**

Eduardo Antonio Modena

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reginaldo Vitor Pereira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Silmário Batista dos Santos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Eduardo Leal

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Elaine Inácio Bueno

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Wilson de Andrade Matos

DIRETOR DO CÂMPUS AVANÇADO JUNDIAÍ

Lucivaldo Paes de Lira

PÁGINA

DE

APROVAÇÃO

DIREÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP
Câmpus Avançado Jundiaí

Comissão Local do Projeto Político-Pedagógico - PPP

Fernanda Silva - Pedagoga

Felipe Costa Abreu Lopes - Professor

Vivian Batista Gombi - Professora

Colaboradores e Comissões anteriores

Andressa de Andrade - Professora

Haryanna Pereira Sgrilli – Técnica em Assuntos Educacionais

Jonas Aparecido de Andrade - Assistente Administrativo

Lucivaldo Paz de Lira - Pedagogo

Newton Ferreira da Silva - Professor

Salatir Rodrigues Junior - Professor

Solema Sanches Valverde – Psicóloga

Wanderley Teixeira de Faria - Assistente de Laboratório – Informática

Revisão Técnica

Andressa de Andrade - Professora

Sumário

Capítulo 1 – Dos objetivos e princípios.....	8
1.1 Apresentação.....	11
1.2 Breve histórico do IFSP	13
1.3 Função social, objetivos e metas	10
1.4 Princípios norteadores	10
Capítulo 2 - Caracterização da unidade	20
2.1 Breve histórico do Câmpus Avançado Jundiaí	20
2.2 O Município de Jundiaí	22
2.3 Nome, endereço, aspectos legais	27
2.4 Identificação do Câmpus	28
2.5 Cursos oferecidos	28
2.6 Estrutura (aspectos físicos, equipamentos, imobiliários, número de salas)	29
2.6.1 Pesquisa sobre a estrutura física do Câmpus.....	30
2.6.2 Encaminhamentos referentes a estrutura física do Câmpus.....	31
2.7 Contexto escolar	31
2.8 Recursos Humanos	32
2.8.1 Corpo docente	32
2.8.2 Corpo técnico- administrativo	34
2.8.3 Setores.....	35
2.8.3.1 CRE – Coordenadoria de Registro Escolares.....	35
2.8.3.2 CAE – Coordenadoria de Apoio ao Ensino.....	36
2.8.3.3 DAA – Diretoria Adjunta de Administração	37
Capítulo 3 – Pressupostos Político-Pedagógicos do Câmpus	39
3.1 Ética, cidadania e inclusão social.....	39
3.2 Criticidade	40
3.3 Criatividade e inovação	41
3.4 Gestão democrática	43
3.5 Cooperativismo	44
3.6 Empreendedorismo	44
3.7 Processo de ensino-aprendizagem e metodologias	45
3.7.1 Avaliação	46

3.7.2 Educação ambiental	46
3.7.3 Direitos humanos	47
3.7.4 Relações étnico-raciais	48
3.8 Pesquisa.....	49
3.10 Extensão	50
Capítulo 4 – Estrutura e Organização dos cursos.....	51
4.1 Cursos Técnicos	51
4.1.1 Técnico Integrado ao Ensino Médio	52
4.1.2 Técnico Concomitante/Subsequente.....	53
4.2 Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)	56
Capítulo 5 – Políticas e ações	57
5.1 Assistência estudantil	57
5.2 Formação Continuada	59
5.3 Políticas e Ações de EXTENSÃO	59
5.4 Políticas e Ações de PESQUISA e INOVAÇÃO.....	61
5.5 Bolsa Discente	61
5.6 Órgãos de Administração do Câmpus	62
5.7 CPA	63
5.8 Movimento Estudantil	64
Capítulo 6 – Diagnóstico, Metas e Ações	64
6.1 - Dimensão: Ensino	65
6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	65
6.3 - Dimensão: Extensão	66
6.4 - Dimensão: Administrativa	66
Considerações finais	67
Referências	67
Anexos	70

Capítulo 1 – Dos objetivos e princípios

1.1 APRESENTAÇÃO

Partindo do princípio de que a função social da escola pública, gratuita e democrática é desenvolver e emancipar o cidadão e que para consolidar esta função é fundamental fortalecer a ideia da escola como um espaço de responsabilidade de todas(os), temos a construção, acompanhamento e avaliação do “Projeto político Pedagógico (PPP)” como importantes momentos para fortalecer este sentimento de responsabilidade pela comunidade escolar (GONÇALVES et al, 2016).

Neste sentido, a Comissão do Projeto Político Pedagógico do Câmpus Avançado de Jundiaí¹, optou para que a “arquitetura” deste PPP se desse por variadas estratégias de escuta de maneira a captar *a voz de autores teóricos* e a *voz dos autores e atores do cotidiano escolar*.

Assim, o instrumento utilizado para captar *a voz dos autores teóricos* foi a leitura de obras contidas nas referências deste trabalho. Já, a *voz dos autores e atores do cotidiano escolar* foi capitada através dos instrumentos detalhados após as considerações que seguem:

Primeira consideração: observamos que o movimento de se comprometer com a construção coletiva da educação não se dá de maneira espontânea, uma vez que a participação democrática não está nos princípios do ensino formal desde seu nascedouro no Brasil. Assim, é necessário inventar estratégias, aproveitar oportunidades, criar “tempo-espacos” que provoquem este movimento. Além disso, para que ocorra a participação do coletivo escolar é necessário conciliar tempo em comum dos vários sujeitos que atravessam o cotidiano da escola...um desafio!

Segunda consideração: o Câmpus Avançado de Jundiaí foi criado em março de 2014 e apenas no segundo semestre de 2016 completou o quantitativo de professores e técnicos-administrativos previstos para a estrutura de um câmpus avançado do IFSP. Portanto, até meados de 2016 a implementação do Câmpus era realizada por um número limitado de servidores, o que dificultava e restringia o planejamento e execução de ações mais sistemáticas como as que são demandadas para a construção do PPP. Porém, se por um lado o aumento do quadro de servidores no Câmpus em 2016 favoreceu para a operacionalização das ações citadas, por outro

¹ Destacamos que a composição desta comissão sofreu inúmeras transformações ao longo do processo de construção deste documento.

lado é necessário ressaltar que o caráter recente de presença em quantidade considerável de corpos que possam contribuir para operacionalizar estas ações, o que reflete no fato das estratégias pensadas por estes corpos se configurarem como ensaios, primeiras experiências, enfim, são os primeiros passos da caminhada. Portanto, as análises dos resultados destes instrumentos não devem ser tomadas como respostas finais ou certezas cristalizadas, mas sim como sinalizadores que ora dizem sobre pontos que necessitam ser melhor debatidos e problematizados no Câmpus e ora dizem que as ideais almejadas no trabalho educacional realizado pela organização estão se concretizando.

Feitas as considerações, detalhamos os principais instrumentos utilizados para captar *a voz dos autores e atores do cotidiano escolar*:

a) **Reunião para esclarecimentos sobre o PPP:** em 05 de outubro de 2016 a Comissão do PPP operacionalizou uma reunião com a comunidade escolar, no auditório Elis Regina, no complexo Argos, para dar início as discussões que levariam a construção do PPP do Câmpus. Os membros da Comissão fizeram uma introdução sobre o que era este documento e sobre a metodologia que seria utilizada para construí-lo. Na ocasião foram discutidas, também, as propostas, que vigoravam na época, de alteração pertinentes à Educação (PEC 241 e MP 746) e suas implicações para os Institutos Federais. Os alunos participaram ativamente, expondo suas impressões sobre a situação do momento e propostas para o futuro. As Figuras 1 e 2 são memórias do início dos trabalhos.

Figura 1. Apresentação do PPP pela Comissão 2016



Fonte: Página oficial do Câmpus Avançado de Jundiaí²

Figura 2. Alunos durante apresentação do PPP pela Comissão 2016



Fonte: Página oficial do Câmpus Avançado de Jundiaí³

- b) Questionário “Estrutura e atendimento”:** questionário (ANEXO 1) com um total de 12 questões, respondido on-line em março de 2018, por 149 alunos dos cursos de Logística, Comércio e Administração. Este questionário foi composto por 12 questões, sendo que 6 delas trataram da estrutura física do Câmpus, 03 da relação/comunicação com os servidores do Câmpus e 03 da didática dos professores. Esse instrumento subsidiou a elaboração do Capítulo 2.
- c) Relatório da “matriz FOFA”:** construído a partir dos trabalhos de 4 grupos heterogêneos (formados por alunos, pais ou responsáveis e servidores do Câmpus Jundiaí) reunidos no dia 02/09/2017 para reunião de planejamento estratégico do Câmpus Avançado de Jundiaí. A operacionalização das reflexões dos grupos se deu por via da matriz “FOFA” (conhecida também por matriz SWOT), que é uma ferramenta que busca levar a reflexão sobre as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do cenário interno e externo das organizações. Esse instrumento subsidiou a elaboração do Capítulo 6.
- d) Questionário “Princípios Políticos-Pedagógicos do Câmpus Jundiaí”:** questionário (ANEXO 2) com 30 questões. Este questionário foi disponibilizado na página virtual do Câmpus, em novembro de 2017, para que todos pudessem participar. As perguntas do questionário tratam sobre “senso crítico”, “políticas de ensino, ingresso e estrutura do Câmpus”,

² Disponível em: <http://jnd.ifsp.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=70:acontece-no-ifsp-jundiai-discussoes-para-a-construcao-do-ppp-do-campus&catid=2&Itemid=101>. Acesso em: 20 mai. 2018.

³ Idem 2.

“processo de ensino-aprendizagem”, “criatividade”, “gestão democrática”, “cooperativismo”, “empreendedorismo”, “metodologias de ensino”, “processos de avaliação”, “pesquisa” e “extensão”. Na ocasião responderam ao questionário, 68 pessoas, sendo 03 docentes, 07 técnicos-administrativos, 1 responsável por aluno e 57 alunos. Esse instrumento subsidiou a elaboração do Capítulo 3.

1.2 Breve histórico do IFSP

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) que busca oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade apresenta mais de 100 anos de história. No decorrer dessa longa trajetória, o Instituto teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de **Escola de Aprendizes Artífices** (Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909) presente em cada uma das capitais dos Estados da República. Nesse início de funcionamento, eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, quando passou a ser chamada de **Liceu Industrial de São Paulo** (Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937). Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico. Neste mesmo ano, através do Decreto-Lei n. 4.073, foi definida a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial.

Cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

Em 1942, diante das bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial surge a **Escola Técnica de São Paulo** (Decreto-Lei n. 4.127), com o objetivo de oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os

cursos de mestría, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial”. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o curso de construção de máquinas e motores e o de pontes e estradas.

Em 20 de agosto de 1965, foi sancionada a Lei n. 4.759, que transformou a Escola Técnica de São Paulo em **Escola Técnica Federal**, abrangendo todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Ainda sobre Escola Técnica Federal, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio (técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (PDIIFSP, 2014-2018, p.40).

Em 1994, a Lei n. 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em **Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)**, que com o Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004 foi autorizado a “ministrar ensino superior de graduação e de pósgraduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

No ano de 2008, com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Os Institutos Federais, implantados num total de 38 através desta lei, são definidos em seu Art. 2 como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)”.

Comprovando a abrangência de sua atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, antigo CEFET-SP, além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece: cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio (para aqueles que concluíram a educação fundamental), quanto na forma concomitante ou subsequente (para alunos que concluíram a educação fundamental e para aqueles que concluíram o ensino médio ou estejam cursando no mínimo o 2º. ano desse nível de ensino); cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia); cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao

ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

1.3 Função social, objetivos e metas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), historicamente, constitui-se como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho, com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Neste sentido, busca construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento.

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseia-se a concepção do trabalho como princípio educativo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais (PACHECO, 2011), tem como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país; 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma Educação crítica e reflexiva.

1.4 Princípios norteadores

A lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-IFSP 2014-2018) são importantes documentos que fundamentam as ações do

Instituto Federal de São Paulo. Neste sentido, com base nestes documentos, destacamos abaixo algumas concepções e princípios norteadores do IFSP.

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o **desenvolvimento humano** é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação. O IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassa diretamente por uma ação educativa (PDI-IFSP 2014-2018). Neste sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido com este processo.

Neste sentido, a **educação** assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Compreende-se a educação como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, com isso, é fator importante e indispensável no processo de transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade,

apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança (DELLORS, 1999).

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2010, p. 19).

O objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, isso só se torna possível na medida que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos através de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado é preciso esforços para “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos”. (BRASIL, 2010, p. 10)

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Inserir-se neste contexto a **educação profissional**, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Por isto, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho:

Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias (PDI 2009-2013, p. 41).

Neste sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

No contexto da educação profissional, a concepção de **conhecimento** articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia, cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao

dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 34).

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade que, por isso, precisa apropriar-se dela para poder transformá-la.

A transformação da Ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o conhecimento tecnológico, que significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a Tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a Tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientifização da Técnica.

Logo, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social (PDI-IFSP, 2014-2018, p. 147).

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido o IFSP em seu PPI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...],

tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (PDI-IFSP, 2014-2018, p.157).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A Educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o. (BRASIL, 2010)

Diante disso a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação profissional o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado a formação plena do educando (PDI-IFSP, 2014).

Partindo do princípio da autonomia e a gestão democrática que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e a participação. Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Para tanto, o desafio cotidiano para a **prática pedagógica** docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada – para o mundo do trabalho.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio do

trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

No processo de ensino, entendemos que é importante priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento. Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os alunos possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

O **currículo** deve contribuir para a construção do pensamento crítico e para a formação integral do indivíduo. Além disso, deve ter como alicerce as questões éticas, respeitar a diversidade cultural e regional e proporcionar uma formação para a cidadania.

Para garantir a formação plena do educando, o currículo deve possibilitar construções intelectuais elevadas e a apropriação de conceitos, habilidades e atitudes necessários para a intervenção consciente na realidade.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

Vale destacar que, a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Capítulo 2 - Caracterização da unidade

2.1 Breve histórico do Câmpus Avançado Jundiáí

O Câmpus Avançado Jundiaí foi criado a partir de Acordo de Cooperação celebrado entre a Prefeitura Municipal e o Instituto Federal de São Paulo. O Acordo foi firmado em março de 2014 e prevê a participação de ambos no processo de implantação do Câmpus na cidade.

Em abril do mesmo ano, iniciaram-se efetivamente as atividades com duas turmas do Curso de Formação Inicial em Assistente de Vendas, oferecido através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). As turmas foram finalizadas com êxito ainda no primeiro semestre com uma quantidade expressiva de formandos.

Ainda no primeiro semestre, sucederam-se tratativas entre a Direção-Geral do Câmpus e a Pró-Reitoria de Ensino do IFSP, a fim de garantir a oferta de, ao menos, uma turma de curso técnico regular a partir do segundo semestre de 2014. O eixo tecnológico de “Gestão e Negócios” havia sido escolhido através de audiência pública, assim como o primeiro curso a ser ofertado pelo Câmpus, o Técnico em Comércio.

Como fruto do empenho de todos os agentes envolvidos nesse processo, a primeira turma de curso técnico regular do Câmpus teve início em agosto de 2014.

Ao longo do segundo semestre de 2014, o Câmpus Avançado Jundiaí desenvolveu diferentes atividades de extensão. Destacam-se, em primeiro lugar, os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de “Atendimento ao Cliente” e “Economia para Jornalistas”, que foram oferecidos com força de trabalho do próprio Câmpus e tiveram ampla procura e aceitação pela comunidade da cidade e região. Além disso, o Câmpus desenvolveu o Projeto de Extensão de “Promoção e Difusão da Cultura, Ciência e Tecnologia”, com a mobilização de todo o corpo docente e técnico-administrativo, e a participação de quatro bolsistas discentes. O objetivo primordial do projeto era criar e fortalecer o canal de comunicação entre a escola e a comunidade.

Ainda no segundo semestre desse mesmo ano, houve a participação em diferentes eventos, tais como feiras de profissões promovidas na cidade, além da organização de um evento alusivo à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Atividades frequentes como palestras e atividades culturais, também, foram promovidas com o objetivo de destacar o engajamento da Instituição com o ideal de formação integral dos estudantes.

Em outubro de 2014, foram lançadas novas vagas para o Curso Técnico em Comércio no Processo Seletivo do IFSP. Essa nova turma iniciou suas atividades em fevereiro de 2015.

Em janeiro de 2015, foram ofertados outros dois Cursos FIC, dessa vez de “Captação de Recursos para o Terceiro Setor” e “Rotinas Administrativas”. Tratava-se de “Cursos de Verão”,

e foram desenvolvidos de maneira intensiva ao longo daquele mês. Repetiu-se, mais uma vez, a ampla aceitação e procura.

No segundo semestre de 2015, foram ofertados outros três Cursos FIC, “Atendimento ao cliente”, “Rotinas Administrativas” e “Redação”. Os cursos obtiveram ampla aceitação e procura.

Ao longo de todo o ano de 2015, manteve-se a participação em diferentes eventos, tais como feiras de profissões e feiras culturais promovidas na cidade, além da organização do segundo evento alusivo à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, mesma oportunidade em que se inaugurou a biblioteca do Câmpus. Destaca-se, novamente, que atividades frequentes como palestras e atividades culturais, foram promovidas com o objetivo de destacar o engajamento da Instituição com o ideal de formação integral dos estudantes.

Em 18 de dezembro de 2015 foi oficializada entre a Prefeitura Municipal e o IFSP, a doação de um terreno de 24 mil m² para construção do Câmpus. A Portaria de autorização de funcionamento do Câmpus foi publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2016, Portaria nº 378, de 09 de maio de 2016.

No primeiro semestre de 2017 teve início o Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio, com ingresso de 40 alunos regulares. Em 2018, houve o ingresso de 2 turmas, com 40 alunos cada, neste mesmo curso.

No ano de 2017, tramitou do PPC do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração na modalidade Proeja, curso há muito pedido pela comunidade interna e externa e finalmente em 2018 houve o ingresso de 36 alunos no curso.

Por meio de convênio com a Prefeitura houve a ampliação da oferta de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), no ano de 2017, além dos cursos oferecidos a toda comunidade, houve a oferta do curso de boas práticas na manipulação de alimentos para 376 merendeiras do município, e em 2018 o curso de capacitação para agentes de desenvolvimento infantil que pretende formar 800 servidoras municipais.

2.2 O Município de Jundiaí

Jundiaí é um município do interior do estado de São Paulo. Dista 57,7 quilômetros da capital, pelas rodovias Bandeirantes e Anhanguera. Com a população estimada de 414.810

habitantes (IBGE, 2018) é, no estado, o 15º município mais populoso e o sétimo maior fora da Grande São Paulo. Também é o 59º maior do Brasil, sendo maior que quatro capitais estaduais.

A cidade de Jundiaí tem, hoje, um parque industrial com mais de 500 empresas atuando em variados setores, como: químico, embalagens, autopeças, metal mecânico, alimentos, vestuário, cerâmico, etc, sendo parte da produção exportada para diversos países. Dispõe de seis zonas industriais e dois distritos industriais com infraestrutura completa, além de uma incubadora de empresas.

Entre as grandes empresas instaladas no município, estão a Coca-Cola, uma das maiores fábricas instaladas de refrigerantes do mundo e a Incepa, com a maior fábrica de louças e metais sanitários do mundo. Além dessas, destacam-se: alimentos e bebidas – Fleishmann & Royal, Ambev, Pepsi, Vinícola Cereser, Vinagre Castelo, Borin, Frigor Hans, Vinícola Amália; louças e metais sanitários – Deca, Duratex e Ideal Standard; autopeças – Textron, Sifco, EBF Vaz, Petri; borracha, plásticos e embalagens – Klabin, Injept, Intertank, Astra, Correias Mercúrio, Engepack, Riverwood Suzano; construção civil – Giassetti, Reago; eletrônico – Itautec/Philco, Siemens; químico – AGA, IBG, Dow Química, Messer, ICI, Akzo; e têxtil – Meias Aço, CMR, Fides.

Além disso, Jundiaí vem se firmando como um dos polos de logística e distribuição da Região Metropolitana de São Paulo⁴, graças à ligação das rodovias Bandeirantes e Anhanguera com o Rodoanel Mario Covas. Atualmente, abriga cerca de 500 mil m² de área construída, ocupada por centros de distribuição de empresas como Duratex, Sadia, FC, Caravel, Danzas, Integral/Eadi-Jundiaí, Renault Nissan, e Casas Bahia, a maior rede varejista de móveis e eletrodomésticos do país, que está ampliando seu depósito – o maior da América Latina –, de 189 mil para 270 mil m². Também se encontram em andamento novos projetos, que acrescentam outros 200 mil m² de área construída, entre eles os da TAM Linhas Aéreas, da paranaense Destro Atacadista e da Indústria Brasileira de Gases – IBG.

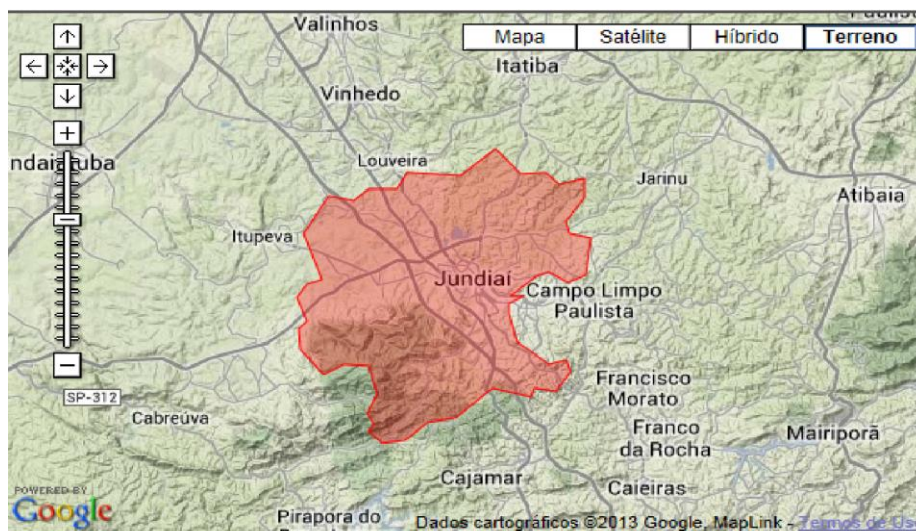
Jundiaí possui uma localização estratégica. Fica a menos de 60 km da capital paulista, e próxima a outros importantes núcleos urbanos do Estado, como Campinas (40 km) e Sorocaba (70 km). Além disso, outros Câmpus com grande potencial de parcerias no tripé do Ensino, Pesquisa e Extensão, também estão próximos, como Salto, Hortolândia, Guarulhos, Pirituba, Bragança Paulista, Piracicaba, São Roque, entre outros.

A Figura 3 sinaliza o posicionamento geográfico de Jundiaí. O município é cortado pelas Rodovias Bandeirantes, Anhanguera e Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (antiga Marechal

⁴ Disponível em: < <http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/mp-princid-296.htm>>. Acesso em 30 ago 2018.

Rondon), e está a poucos quilômetros das Rodovias Santos Dumont e Dom Pedro I. Conta com um entroncamento ferroviário em crescente atividade, além de estar a 38 quilômetros do Aeroporto Internacional de Viracopos, melhor aeroporto de cargas do mundo⁵.

Figura 3. Mapa do município de Jundiaí



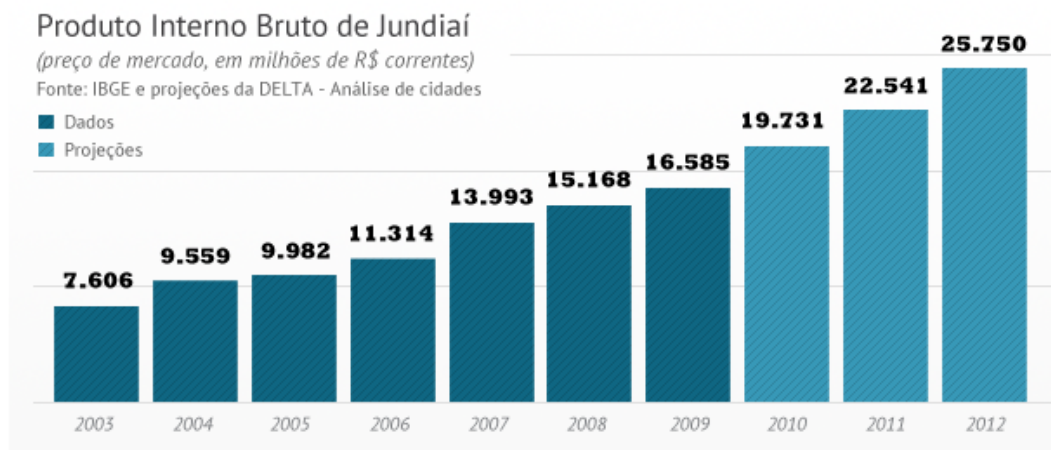
Fonte: Google Maps

Ainda vale comentar que a cidade é considerada o maior centro logístico do interior paulista, e conta com grandes empresas na área, tais como o Centro de Distribuição da América Latina das Casas Bahia, DHL, Femsa, M3 Logística, Modern Logistics, assim como a Expresso Jundiaí, além de sediar a Feira Internacional de Logística Brasil Log.

Dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2013, exibem a evolução de Jundiaí, no que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), conforme é apresentado na Figura 4.

Figura 4. PIB de Jundiaí

⁵ Disponível em: < <http://www.viracopos.com/institucional/imprensa/05-04-2018-viracopos-e-eleito-o-melhor-aeroporto-de-carga-do-mundo.html>.> >. Acesso em 30 ago 2018.



Fonte: IBGE (2013).

É expressiva também a posição ocupada pela economia de Jundiaí no Estado de São Paulo, comparativamente às demais cidades paulistas. O município detém o 9º PIB e o 9º Valor Adicionado do Estado (IBGE, 2013), variáveis indicativas de uma atividade produtiva intensa, seguramente decorrente de uma alta rentabilidade do capital investido. O município também ocupa o 8º lugar entre as 645 cidades paulistas no Índice do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (IBGE, 2013), sugerindo uma circulação de mercadorias substancial dentro do território da cidade.

A ótima posição de Jundiaí entre as 645 cidades paulistas e o próprio “tamanho” expressivo da economia de São Paulo, colocam economia da cidade em posição de destaque, quando observadas as situações econômicas de algumas unidades da federação vinculadas diretamente à União.

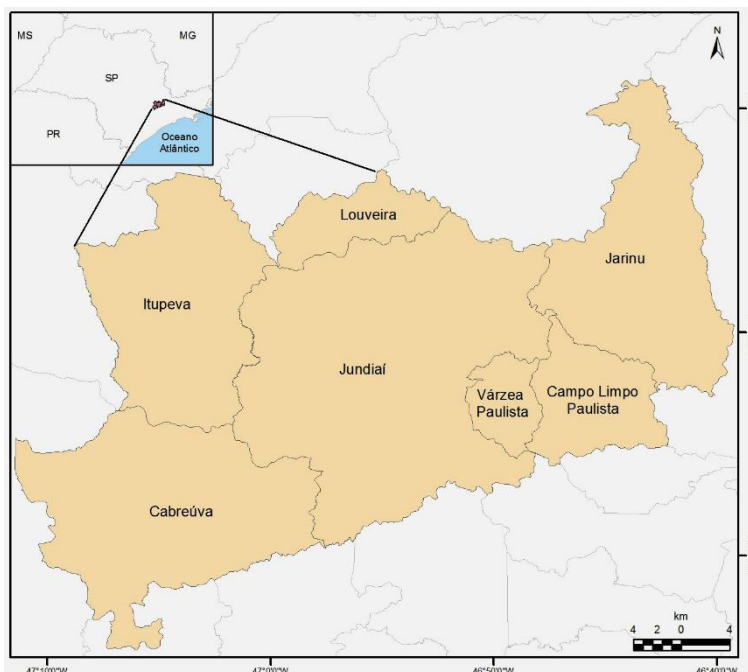
O perfil da produção de Jundiaí pode ser avaliado pelo Valor Adicionado de 2009, último ano de divulgação pelo IBGE e Fundação SEADE. O Valor Adicionado total alcançou naquele ano R\$ 14.258,6 milhões, dos quais o setor de serviços concorreu com 63,0% da produção municipal, a indústria com 36,8% e a agropecuária com 0,2%. Deste total, a administração pública foi responsável diretamente por 5,7%.

Desses dados, conclui-se que os setores de serviços e da indústria são os principais vetores de desenvolvimento econômico da região. A área de serviços é a que mais gera renda, conforme mostra a tabela presente na Tabela 1.

Isso, tanto o município de Jundiaí quanto a região, ficando muito próximo da média estadual, embora não na mesma proporção. Além disso, em agosto de 2011, o governo do estado sancionou o Projeto de Lei Complementar nº 13, que cria o Aglomerado Urbano de Jundiaí, com população atual em mais de 700 mil habitantes.

O crescimento demográfico foi o segundo maior do estado de São Paulo entre 2000-2009, chegando a 1,85% habitante-ano (no estado o crescimento foi de 1,33%). Esta é a primeira aglomeração urbana do Estado e envolve sete cidades: Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista (Figura 5).

Figura 5. Aglomerado Urbano de Jundiaí



Fonte: IBGE (2013).

O aglomerado potencializa as condições econômicas do polo central, Jundiaí, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 – Dados econômicos do município, da região e do estado

(Em milhões de reais)	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
PIB	20.124,60	35.460,68	1.247.595,93
PIB da Indústria	6.560,76	11.232,93	301.453,34
PIB dos Serviços	9.693,56	17.942,15	622.142,32
PIB da Agropecuária	43,95	82,77	19.398,38
PIB da Administração Pública	887,02	1.665,59	93.703,94

Fonte: IBGE Cidades (2017).

Contudo, analisando-se o índice de desenvolvimento humano (IDH), conforme apresentados na Tabela 2, verificamos que tanto a cidade quanto a região apresentam valores abaixo da média do estado. Uma das dimensões analisadas para a formação do IDH é o índice de educação, que leva em conta a média de estudos da população, em anos. Por outro lado, observa-se na mesma tabela que o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) apresenta valores acima da média estadual.

Tabela 2 – Dados demográficos do município, da região e do estado

	MUNICÍPIO	REGIÃO	ESTADO
População	370.126	698.724	41.252.160
IDH	0,822	0,790	0,833
IDEB	6,3	5,6	5,4
Área territorial (km ²)	431.173	1.269.517	248.209.426
Quantidade de domicílios	132.028	246.195	51.283.400

Fonte: IBGE Cidades (2017).

Nesse contexto, pode-se concluir que o aglomerado urbano de Jundiaí requer investimentos na educação em nível médio e superior. A Tabela 3 mostra a distância das sedes dos municípios que compõem o Aglomerado Urbano de Jundiaí até a sede do Câmpus.

Tabela 3 – Distância da sede dos municípios ao endereço do Câmpus

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA (em km)
Cabreúva	36,1
Campo Limpo Paulista	15,5
Itupeva	21,4
Jarinu	24,1
Jundiaí	4,7
Louveira	16,2
Várzea Paulista	5,4

Fonte: Google Maps.

Observa-se que essas distâncias são bem pequenas, ocorrendo, em alguns casos, conurbação, o que aponta para a importância e viabilidade do atendimento do Câmpus Avançado Jundiaí à demanda, não só da cidade, mas de toda a região. A proximidade do Câmpus com todas as cidades acima listadas traz um importante potencial de demanda para diversos cursos. A Tabela 4 apresenta a população regional do ensino fundamental do aglomerado.

Tabela 4 – Matrículas no Ensino Fundamental

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS
Cabreúva	6.975
Campo Limpo Paulista	11.132
Itupeva	7.839
Jarinu	4.243
Jundiaí	46.303
Louveira	5.391
Várzea Paulista	11.800
Total	93.683

Fonte: IBGE Cidades (2017)

Como pode ser visto, em 2017 foram quase 100.000 matrículas no Ensino Fundamental, de acordo com o IBGE Cidades. Tal fato associado ao potencial econômico não só do município de Jundiaí, mas de toda a região; à diversidade de negócios envolvidos e às expectativas da comunidade, o Câmpus de Jundiaí tem muito potencial para oferecer cursos que possam agregar valor a região e suprir as necessidades da comunidade por cursos gratuitos e de qualidade.

2.3 Nome, endereço, aspectos legais

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP

CNPJ: 10.882.594/0001-65

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé – São Paulo/Capital

CEP: 01109-010

TELEFONE: (11) 3775-4502 (Gabinete do Reitor)

FACSÍMILE: (11) 3775-4501

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://www.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: gab@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: 158154 **GESTÃO:** 26439

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ADOTADA NO PERÍODO: Lei nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

2.4 Identificação do Câmpus

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

CÂMPUS: Avançado Jundiaí

SIGLA: IFSP/JND

CNPJ: Em andamento

ENDEREÇO: Av. Dr. Cavalcanti, 396 – Complexo Argos – Vila Arens – Jundiaí/SP

CEP: 13201-500

TELEFONES: (11) 2434-2099

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://jnd.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: jundiai@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: 158154 **GESTÃO:** 26439

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: Diário Oficial da União, 10 de maio de 2016.
Portaria nº 378, de 09 de maio de 2016.

2.5 Cursos oferecidos

Atualmente, são ministrados os seguintes cursos, no Câmpus Avançado Jundiaí:

- ✓ Curso Técnico em Logística Integrado ao Médio;
- ✓ Curso Técnico em Administração Integrado ao Médio;
- ✓ Curso Técnico Subsequente/Concomitante em Comércio e
- ✓ Cursos de Formação Inicial de Continuada (FIC) variados que são oferecidos semestralmente.

2.6 Estrutura (aspectos físicos, equipamentos, imobiliários, número de salas)

O Câmpus Avançado Jundiaí está instalado em um salão com 1.200 m² construídos, devidamente dividido em salas de aulas, salas administrativas, laboratórios e estacionamento, localizado no Complexo Educacional Argos, no centro do município de Jundiaí. No prédio também está instalado, no Térreo, o Centro de Línguas e o Centro de Informática. No 1º andar está instalada a TV educativa. O 2º andar foi destinado à implantação do Instituto Federal de São Paulo.

Tabela 5 - Estrutura física do Câmpus Avançado Jundiaí

Tipo de instalação	Quantidade Atual	Área (m²)
Biblioteca	01	144
Instalações Administrativas	03	108
Laboratórios	02	108
Salas de aula	05	108
Sala de Coordenação	01	108
Sala de Docentes	01	108

Fonte: IFSP Câmpus Avançado Jundiaí (2018).

Em dezembro de 2016 foi oficializada a doação de um terreno, com área aproximada de 24.000 m², em área próxima ao Distrito Industrial e Centro Tecnológico, para edificação de prédio próprio do IFSP, prospectando a futura ampliação dos cursos de educação básica, superior e pós-graduação.

Tabela 6 – Equipamentos eletrônicos do Câmpus Avançado Jundiaí

Equipamento	Especificação	Quantidade
Computadores	Microcomputador	44
Lousa Digital	Computador interativo com projetor e lousa digital	02
Projetor		06

Fonte: IFSP Câmpus Avançado Jundiaí (2018).

2.6.1 Pesquisa sobre a estrutura física do Câmpus

No tocante a estrutura física do Câmpus, em março de 2018 foi realizada uma pesquisa que abrangeu alguns aspectos, no qual os alunos puderam expressar suas opiniões acerca das salas de aula, laboratórios de informática, banheiros, biblioteca, áreas de convivência.

A avaliação dos itens foi realizada por 149 alunos e gerou os seguintes resultados:

✓ **Salas de aula:**

Ótimo (30,9%); Bom (38,3%); Razoável (16,1%); Ruim (8,1%); Muito ruim (2%)

✓ **Laboratórios de informática:**

Ótimo (40,9%); Bom (36,9%); Razoável (20,8%); Ruim (3,4%); Muito ruim (2,7%)

✓ **Biblioteca:**

Ótimo (58,4%); Bom (26,8%); Razoável (11,4%); Ruim (2,7%); Muito ruim (0,7%)

✓ **Banheiros:**

Ótimo (40,9%); Bom (30,2%); Razoável (16,8%); Ruim (9,4%); Muito ruim (2,7%)

✓ **Áreas de convivência:**

Ótimo (36,9%); Bom (30,9%); Razoável (17,4%); Ruim (12,8%); Muito ruim (2%)

Embora as avaliações tenham sido positivas, os alunos registraram algumas observações interessantes que subsidiarão melhorias. Dentre as respostas destacamos respostas relacionadas a turmas que deixam a sala suja; melhorias nas lousas, canetas, fechaduras, chão e teto; conserto de goteiras e instalação de cortinas.

Os alunos também comentaram sobre os apoios das cadeiras das salas que não são adequados; acerca da manutenção dos computadores dos laboratórios e teclados; sugeriram identificações de gêneros de livros da biblioteca. Foram feitos comentários sobre o aumento de espaços de lazer, alimentação; ter cantina própria; quadra para esportes variados; ter mais

atividades práticas entre todos os alunos nos horários livres, mais cadeiras ou lugares para acomodar nos intervalos.

2.6.2 Encaminhamentos referentes a estrutura física do Câmpus

Os pedidos referentes a estrutura foram encaminhados à direção geral do câmpus que esclareceu que a unidade depende, necessariamente, da prefeitura para a manutenção, conforme o acordo de cooperação, nesse sentido, foi encaminhado ofício para a prefeitura solicitando reparos no telhado, banheiros, entre outros. Foi realizada reunião com a prefeitura na tentativa de articular uma ação junto ao MEC para a construção do câmpus no terreno doado, entretanto, essa ação é a médio prazo. No que se refere aos itens de informática, melhorias no acervo da biblioteca, troca das lousas e aquisição de novas carteiras, informou que os mesmos já estão no planejamento de execução.

Devido ao fato de não possuir espaço próprio, algumas benfeitorias não são possíveis de serem realizadas, porém, foram trocadas as cortinas das salas, os aparelhos de ar condicionado foram consertados, foi comprada uma mesa de ping pong para os alunos utilizarem nos intervalos.

A biblioteca está sendo organizada por gêneros de acordo com o recebimento de novos livros e realocados de acordo com padrões de catalogação. Os teclados danificados foram substituídos. Foram adquiridas lousas novas de vidro e está sendo realizado um estudo para a instalação pois as paredes são de drywall. Cada professor pode requisitar canetas novas no almoxarifado e os alunos do integrado têm sido orientados quanto a limpeza das salas e alguns tem se mobilizado para manter a sala em ordem para as turmas da noite.

2.7 Contexto escolar

O Câmpus Avançado Jundiaí encontra-se localizado no Complexo Argos, espaço da Prefeitura que comporta diversas repartições tais com Secretaria de Esportes, Educação, Escola de televisão e produção audiovisual pública-municipal (TVTEC), Biblioteca Municipal, na Vila Arens. O bairro é conhecido na cidade pela sua ampla área comercial e de fácil acesso, devido ao terminal de ônibus municipal e estação de trem (CTPM) e também fica entre avenidas movimentadas da cidade com grande fluxo de veículos e pedestres.

Estão matriculados e frequentes nos cursos regulares (Comércio, Logística e Administração), 243 alunos, dentre eles, 155 tem entre 14 e 20 anos; 40 de 21 a 30 anos; 21 de 31 a 40 anos; 20 de 41 a 50 anos; 6 de 51 a 60 anos e 1 aluno com mais de 60 anos. 91 alunos são do sexo masculino e 152 do sexo feminino.

Os meios de transporte mais utilizados pelos alunos para se deslocarem até o IFSP são ônibus e trem pois a unidade atende diversas cidades vizinhas. Assim temos 143 alunos que residem na cidade de Jundiaí; 27 em Franco da Rocha; 20 em Várzea Paulista; 08 em Campos Limpo Paulista; 03 em Itupeva; 42 moram em outras cidades da região (Cajamar, Caieiras, Cabreúva, Francisco Morato, Jarinu, Louveira, Mairiporã, São Paulo, Vinhedo, etc).

2.8 Recursos Humanos

2.8.1 Corpo docente

Atualmente, compõem o corpo docente do Câmpus Jundiaí, os professores listados a seguir:

Tabela 7 - Quadro de servidores docentes

Nome do professor	Titulação	Área do conhecimento
Alessandro Fonseca Esteves Coelho	Mestre	Matemática
Andrea Carolina Peres Kulaif	Mestre	Engenharia da Computação
Andressa de Andrade	Mestre	Educação
Antonio Anderson Teixeira Cotrim	Especialista	Gestão
Daniel Perez	Mestre	Biologia
Daniel de Oliveira Nery Costa	Mestre	Gestão
Felipe Costa Abreu Lopes	Mestre	Geografia
Felipe Ferreira de Lara	Doutor	Engenharia da Produção
Gabriela Alias Rios	Doutora	Letras Port./Inglês
Leonardo Ferreira Guimarães	Mestre	Gestão

Marcelo Rodrigo Silva Pinto	Mestre	Química
Marcolino Malosso Filho	Doutor	Educação Física
Newton Ferreira da Silva	Doutor	Gestão
Salatir Rodrigues Junior	Doutor	Engenharia
Sheyla Gorayeb Silva	Especialista	Gestão
Tatiana de Oliveira	Mestre	Sociologia
Tatiane de Paula Sudbrack	Doutora	Física
Tiago Machado de Jesus	Doutor	História
Vanessa Stollar	Mestre	Artes
Vivian Batista Gombi	Mestre	Filosofia
Wanderlei de Oliveira Clarindo da Silva	Doutor	Gestão
William Rosseti	Especialista	Logística

Fonte: CRE IFSP Câmpus Avançado Jundiaí (2018).

No 1º semestre de 2018, um questionário denominado “Estrutura e atendimento” foi aplicado a diversas turmas do câmpus e obteve a participação de 149 alunos. Eles responderam questões referentes a estrutura do câmpus, atendimento dos técnicos-administrativos e didática dos docentes. A respeito dos docentes foram registradas as seguintes respostas:

✓ **De modo geral, os professores demonstram conhecimento a respeito dos temas e conteúdos?**

Todos (79,9%) Alguns (20,4) Poucos (0%)

✓ **Os Professores trabalham o conteúdo de forma clara e objetiva?**

Todos (45,6%) Alguns (49,7) Poucos (4,7%)

A maioria dos estudantes que respondeu à pesquisa disse que os professores dominam o conteúdo e quase metade respondeu que todos os professores trabalham os conteúdos de forma clara e objetiva. As observações dos alunos foram bem pontuais quanto a metodologia usada pelos professores e alguns apresentaram sugestões de melhorias nas aulas tais como: disponibilizar materiais em PPT, passar menos deveres para casa, explicar a matéria mais devagar, diminuir a quantidade de textos e falas e aumentar as atividades práticas, fazer

anotações dos termos mais difíceis na lousa para maior compreensão dos alunos e diminuir quantidade de provas no mesmo dia.

Surgiram muitos elogios referentes a excelência e inteligência dos professores, que eles são pacientes, engajados, dedicados, legais, atenciosos e que fazem o máximo para todos entenderem a matéria. Como retorno a essas observações a comissão passou as respostas dos alunos para os coordenadores discutirem com os professores nas reuniões de área.

2.8.2 Corpo técnico-administrativo

O Câmpus Jundiaí conta com os seguintes servidores técnicos-administrativos:

Tabela 8 – Quadro de servidores técnicos-administrativos

Nome do Servidor	Formação	Cargo
Adriana Fernandes Machado de Oliveira	Graduada	Assistente de alunos
André Eli Gonçalves	Graduado	Técnico em Laboratório - Informática
Caio Vinicius Watzeck Ciavareli	Tecnólogo	Técnico em Tecnologia da Informação
Elizabete Aparecida Inácio dos Santos	Técnica	Auxiliar de Biblioteca
Evelyn Fernandes Cavalcanti	Técnica	Assistente em Administração
Fernanda Silva Maekava	Mestre	Pedagoga (Projeto Institucional)
Haryanna Pereira Sgrilli	Especialista	Técnica em Assuntos Educacionais (Prestando serviços na PRE)
Jonas Aparecido de Andrade	Tecnólogo	Assistente Administrativo
Keila Caroline Pacheco da Silva	Tecnólogo	Auxiliar de Biblioteca
Lucivaldo Paz de Lira	Mestre	Pedagogo
Paulo Fabrício Roquete Gomes	Especialista	Assistente em Administração
Solema Sanches Valverde	Graduada	Psicóloga
Thais Mariano Cunha	Especialista	Bibliotecária-Documentalista
Wanderson Cassaro	Tecnólogo	Assistente Administrativo

Fonte: CRE IFSP Câmpus Avançado Jundiaí (2018)

Questões referentes a estrutura do câmpus e atendimento dos técnicos-administrativos e didática dos docentes foram respondidas por 149 alunos. A respeito dos técnicos-administrativos houveram as seguintes respostas:

✓ **Em geral como é a relação e comunicação dos servidores dos setores com os alunos?**

Ótima (57%); Boa (28,2%); Razoável (10,7%); Ruim (4%); Muito ruim (0%)

✓ **Como são as orientações dadas pelos servidores dos setores aos alunos?**

Ótimas (57,7%); Boas (25,5%); Razoáveis (12,1%); Ruins (4,7%); Muito ruins (0%)

Mais de 70% dos alunos que participou da pesquisa classificou relação, comunicação e orientações dadas pelos servidores técnicos-administrativos entre ótima e boa. Alguns fizeram observações referentes ao bom atendimento, orientações, atenção e competência dos servidores, que são qualificados para exercerem suas funções corretamente e houve uma observação pedindo mais educação e empatia e outra para tratarem com mais respeito.

Como sugestão um aluno pediu para passarem mais nas salas para falar sobre editais e avisos sempre lembrando os alunos uma vez por semana. As respostas obtidas nos questionários foram compartilhadas com os colegas e discutidas durante as reuniões administrativas.

2.8.3 Setores

2.8.3.1 CRE – Coordenadoria de Registro Escolares

Também denominada em alguns campus como CRA (Coordenadoria de Registros Acadêmicos), a CRE está ligada à vida escolar do aluno, desde a efetivação de sua matrícula até a expedição do Diploma. É responsável pelos procedimentos referentes à matrícula, ao registro de notas e à emissão de documentos como declaração de escolaridade e histórico escolar.

Além disso, nesta Coordenadoria o aluno poderá requerer os seguintes documentos e serviços: atestado de matrícula; atestado de conclusão de competência modular; alteração de notas e/ou faltas; justificativa e abono de faltas; boletim de Notas; declaração de horas para estágio; diplomas, certificados e histórico escolar; guia de transferência de escola; histórico escolar; revisão de notas; segunda chamada de provas; trancamento e cancelamento de matrícula.

2.8.3.2 CAE – Coordenadoria de Apoio ao Ensino

Por ser um câmpus avançado, possui número reduzido de servidores, assim no Câmpus Jundiaí a CAE e a CSP são integrados.

A Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE), tem como principal objetivo é garantir que as aulas sejam realizadas com organização e eficiência, é um setor subordinado à Diretoria Geral, ao qual compete, dentre outras funções:

- Promover um ambiente acolhedor, de seriedade, de responsabilidade e de trabalho, desde a chegada dos docentes e dos estudantes, até seu horário de saída, tanto no atendimento, quanto na disciplina e nos encaminhamentos pertinentes;
- Fazer cumprir as regras disciplinares que regem o bom funcionamento do Campus;
- Distribuir as aulas nos respectivos ambientes;
- Gerenciar os Recursos Didáticos disponíveis na Instituição, quando for o caso;
- Organização do horário escolar,
- Frequência dos professores e a
- Manutenção das normas disciplinares.

De acordo com a Resolução IFSP 138/14, Art. 2º, as atribuições da CSP são:

- Acompanhar e implementar as políticas em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino do IFSP e outros órgãos de regulamentação externa;
- Apresentar à comunidade escolar as ações vinculadas à Coordenadoria Sociopedagógica;
- Reunir subsídios para a construção, elaboração, utilização e reformulação do Projeto Político Pedagógico do câmpus;
- Organizar e participar de reuniões com pais;
- Elaborar documentos e relatórios conforme instruções do câmpus e da Pró-Reitoria de Ensino.

Rendimento e Evasão:

- Elaborar instrumentos de pesquisas para compreender e analisar os motivos que levem à retenção e à evasão dos estudantes em parceria com outras instâncias do IFSP;
- Propor, implantar, acompanhar e avaliar propostas de prevenção e intervenção ao baixo rendimento, retenção e à evasão escolar;
- Elaborar, implantar e acompanhar o Programa de Assistência Estudantil.

Estudantes:

- Desenvolver, implantar e acompanhar programas e ações de apoio pedagógico, psicológico e social junto aos estudantes;
- Propor e promover ações de acolhimento e integração do estudante e acompanhamento do processo ensino-aprendizagem;
- Atender, orientar, encaminhar e acompanhar os estudantes e familiares no âmbito sócio-psicoeducacional e sobre direitos e deveres de cidadania;
- Dialogar com as instâncias de representação estudantil como grêmios, centros acadêmicos e representantes de sala.

Docentes:

- Identificar demandas, promover propostas e ações de formação continuada de docentes e de servidores que atuem na área educacional;
- Orientar o corpo docente no que se refere às necessidades dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem;
- Contribuir na ação docente quanto aos procedimentos pedagógicos;
- Participar e contribuir nas instâncias de planejamento pedagógico;
- Realizar supervisão pedagógica;
- Acompanhar as deliberações dos conselhos consultivo e deliberativo e promover suas implementações.

2.8.3.3 DAA – Diretoria Adjunta de Administração

Dentre as atribuições da DAA anteriormente chamada de GAD (Gerência Administrativa) encontram-se:

- Assessorar a Diretoria Geral em assuntos relacionados ao planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação da administração orçamentária, financeira, patrimonial e Gestão de Pessoas;
- Gerenciar as atividades relacionadas ao planejamento orçamentário do Campus;
- Subsidiar a Diretoria Geral com informações referentes à previsão e ao consumo realizado de todos os recursos disponíveis;
- Auxiliar a Direção do Campus na prestação de informações aos órgãos de auditoria internos e externos;

- Acompanhar a alocação e utilização das dotações orçamentárias destinadas à Unidade Gestora - UG;
- Assessorar ao cumprimento das ações propostas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), atuando de maneira conjunta às coordenações do campus para o cumprimento das ações.

Na DAA também estão lotados servidores da TI (Tecnologia da Informação) que prestam serviços relacionados aos laboratórios, equipamentos e orientação de servidores e alunos, dentre suas atividades estão:

- Coordenar os trabalhos de informática e elaborar estudos, por sua própria iniciativa e quando solicitado, objetivando a informatização dos diferentes setores e atividades;
- Orientar e treinar o pessoal na utilização dos recursos de informática do Campus;
- Responsabilizar-se pelo acompanhamento e execução das metas estabelecidas para informática;
- Levantar a necessidade de desenvolvimento de novos softwares que visem facilitar e modernizar as atividades meio e fim desenvolvidas pelos Campi;
- Prestar assistência e prover manutenção aos diferentes sistemas e programas, auxiliando os usuários, inclusive, no manuseio dos equipamentos;
- Manter um arquivo de todos os programas utilizados no Campus, evitando a instalação de cópias não autorizadas;
- Promover a manutenção e o desenvolvimento de novos recursos com os softwares em utilização no Campus;
- Acompanhar o uso dos equipamentos e responsabilizar-se pelo acompanhamento da manutenção técnica e preventiva dos mesmos;
- Coordenar o uso dos laboratórios de informática do Campus e elaborar normas de funcionamento;
- Preparar dados estatísticos, quando solicitados;
- Prestar informações relativas ao procedimento dos dados de censo escolar, sistema de informações gerenciais, censo do ensino superior e outros, quando solicitado;
- Responsabilizar-se pelos bens patrimoniais pertencentes ou em uso nos ambientes de responsabilidade do setor;
- Monitorar e assegurar a segurança de dados institucionais armazenados localmente.
- Elaborar relatórios dos serviços e atividades desenvolvidas sob sua responsabilidade;

- Desempenhar outras atividades pertinentes que lhe forem atribuídas pelo Diretor Geral do Campus.

Capítulo 3 – Pressupostos Político-Pedagógicos do câmpus

3.1 Ética cidadania e inclusão social

A passagem do século XX para o XXI trouxe mudanças paradigmáticas profundas para sociedades ocidentais contemporâneas, desencadeando crises em vários âmbitos. No Brasil, o campo da educação foi particularmente atingido por estas crises, por políticas neoliberais (de conteúdo ideológico fundado no individualismo e competitividade) e pela submissão aos interesses do capital estrangeiro ocasionando sua vulnerabilidade.

Neste contexto surge os Institutos Federais, como proposta educacional que pretende, em consonância os princípios da escola pública, gratuita e democrática, se opor a lógica do capital e firmar a educação profissional e tecnológica como política pública que contribua para a formação humana e cidadã (PACHECO, 2011).

É de se ressaltar a concepção da escola, enquanto instituição de singular importância para mediação do processo de construção histórica humana, que favoreça o desenvolvimento de sujeitos éticos, com moralidades autônomas que possam assumir exercício competente da cidadania, aparece nos pressupostos da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), na LDB (BRASIL, 1996), no Plano Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2009) e Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

No que se refere ao ingresso dos alunos no IFSP, a implantação das cotas, enquanto ação afirmativa que subsidia o ingresso de alunos negros, pardos e de alunos provenientes de escolas públicas, intensifica a busca por promover o respeito à diversidade e a equidade de direitos.

Assim, a fim de sondar a opinião da comunidade escolar sobre a política de inclusão da instituição, um dos instrumentos utilizados para construção deste PPP continha questões sobre esta temática.

As respostas apontam que 52,2% consideram que as políticas de ensino, de ingresso e de estrutura do Câmpus Jundiaí são “Inclusivas, com certeza”, 38,8% consideram “razoavelmente inclusivas”, 3% consideram que “são pouco inclusivas” e 3% considera que “não são nada inclusivas”.

Ao opinarem sobre quais itens (previstos no questionários) devem ser aprimorados para que esta instituição seja mais inclusiva obtivemos as seguintes respostas: estrutura e acesso físico (73,5%), vínculo com o mercado de trabalho (63,2%), oferta de estágios (63, 2%), oferecimento de alimentação (61,8%), professores especializados “libras” (52,9%), oferecimento de reforço dos conteúdos das disciplinas (45,3%), oferecimento de auxílios financeiros (42,6%), material pedagógico adaptado (35,3%), atendimento individualizado (27,9%), política de ingressos “cotas”(19,1%).

No campo “outros” obtivemos mais as seguintes respostas: ajuda as pessoas com deficiência (1,5%), ter mais alcance dentro da comunidade (1,5%), desenvolvimento de projetos de ensino (1,5%).

Assim, tendo em vista que os conceitos de ética, cidadania e inclusão se articulam para configurar os princípios democráticos, o Câmpus Avançado de Jundiaí assume o compromisso de formar profissionais com intencionalidade na construção de uma sociedade democrática. Para tanto, desde de sua concepção em março de 2014, busca-se, na unidade, estabelecer reflexão e ações que perpassem a temática da ética e seus fundamentos e inclusão.

É de se ressaltar que “Educação Inclusiva” é entendida aqui com seu significado ampliado de incluir diferenças relacionadas as questões sociais, étnico-raciais, gênero, econômicas, sexuais, de pessoas com deficiência, etc.

Intenta-se também objetivar a Educação Inclusiva no Câmpus por via da implementação dos programas de assistência estudantil e ações promovidas pela CAE em articulação com os servidores docentes e técnicos-administrativos dos diversos seguimentos da unidade escolar.

3.2 Criticidade

O anseio da comunidade escolar para que o processo ensino aprendizagem estimule o desenvolvimento do senso crítico aparece nas respostas ao questionário aplicado por um dos instrumentos deste PPP, onde 73% das respostas da amostra considera “fundamental” que durante o processo ensino aprendizagem dos alunos seja desenvolvido o senso crítico e 26, 5% considera “importante”.

Em resposta a pergunta “você considera que o processo ensino/aprendizagem no Instituto Federal auxilia o desenvolvimento do senso crítico dos alunos?”, foram obtidos os seguintes resultados: 55,9% das respostas da amostra consideram que “sim, com certeza”; 36,8% considera

que “sim, razoavelmente” e 7,4% considera que “só as vezes”. Os resultados da amostra apontam que o anseio para que processo ensino aprendizagem estimule o desenvolvimento do senso crítico, está sendo contemplado no Câmpus Avançado de Jundiaí.

Assim, em nossa instituição, defendemos que a formação profissional vá além do treinamento de habilidades e ensino de técnicas a serviço da produção capitalista e que, portanto, propicie experiências formativas capazes de criar “consciência verdadeira da própria formação”.

Portanto, independentemente do nível e modalidade dos cursos ofertados pelo Câmpus Jundiaí, intentamos que eles propiciem experiências intelectuais voltadas para a emancipação dos alunos favorecendo a ampliação da capacidade de reflexão e de pensamento crítico dos estudantes, ao estimular a problematização dos temas relevantes que envolvem as atividades científicas e tecnológicas e seus impactos para a sociedade e meio ambiente.

3.3 Criatividade e inovação

Ao considerarmos as finalidades dos Institutos Federais de formar e qualificar cidadãos para atuação nos diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada, não há como desassociar a inovação como resultado das ações acadêmicas desenvolvidas no Câmpus Avançado de Jundiaí.

Dessa forma, frente aos desafios para concretização das finalidades educacionais dos Institutos Federais, o Câmpus Avançado de Jundiaí procura imprimir em seu planejamento político pedagógico, o escopo da inovação e da criatividade. Para tanto, busca considerar as novas exigências das sociedades e das políticas governamentais locais; intenta superar o isolamento e a fragmentação do conhecimento, para tanto busca integrar as disciplinas e atividades curriculares em função dos objetivos educacionais, por exemplo através do “projeto integrador”; preza-se para que os trabalhos de conclusão de curso (TCC) e a Iniciação Científica se configurem como fontes profícuas de geração de ideias e soluções, e seus resultados possam ser transferidos para a comunidade.

Nesse sentido, os cursos ofertados pelo Câmpus Avançado de Jundiaí procuram que conteúdos referentes à inovação e técnicas de desenvolvimento da criatividade estejam presentes.

Não obstante a existência de conteúdos teóricos e atividades práticas de inovação, os currículos dos cursos técnico são alvo de constante revisão e planejamento, à luz dos

pressupostos didático-pedagógicos do IFSP e da legislação pertinente do Ministério da Educação.

Diante do exposto sobre a criatividade e inovação expomos os resultados obtidos sobre esta temática a partir dos questionários aplicado para a comunidade escolar por um dos instrumentos para construção deste PPP,

Em relação ao tema da criatividade, temos que 75% dos sujeitos consideram “fundamental” que o processo ensino/aprendizagem desenvolva a criatividade dos alunos e 25% consideram importante.

Em resposta a pergunta “você considera que o processo ensino/aprendizagem no Instituto Federal auxilia o desenvolvimento da criatividade dos alunos?”, foram obtidos os seguintes resultados: 43,3% das respostas da amostra consideram que “sim, razoavelmente”; 40,3% considera que “sim, com certeza” e 13,4% considera que “só as vezes”.

Em resposta à pergunta “durante o processo de ensino/aprendizagem, como pode ser desenvolvida a criatividade dos alunos?” obtivemos as seguintes respostas:

“Oferta de Projetos de Ensino (aulas de reforço, atendimento ao aluno etc.)” (36,8%), Oferta de Projetos de Extensão (projetos culturais, projetos de integração com a sociedade etc.) (67,6%), Oferta de Projetos de Pesquisa (linhas de pesquisa, iniciação científica etc.) (51,5%), Atividades práticas nas aulas (83%), Atividades nos laboratórios (70,6%), Atividades na biblioteca (51,5%).

Já em relação ao tema da inovação, quando questionados “você considera que o processo ensino/aprendizagem no Instituto Federal estimula o desenvolvimento de uma postura inovadora por parte dos alunos?”, obtivemos os seguintes resultados: 41,2% consideram que “sim, razoavelmente”, 39,7% “sim, com certeza”, 17,6% considera que “só as vezes” e 1,5% “nenhum pouco”.

Em resposta a pergunta “para que esta instituição estimule mais a postura inovadora dos alunos, quais itens devem ser aprimorados?” obtivemos as seguintes respostas: “estruturação dos laboratórios” (57,4%), “oferecimento de projetos de pesquisa” (55,9%), “estímulo a debates e aulas dialogadas” (61,8%), “realização de projetos interdisciplinares” (63,2%), criação de grupos de pesquisa (52,9%).

Os resultados da amostra apontam que o anseio para que processo ensino aprendizagem estimule o desenvolvimento do senso crítico, questão que está sendo contemplada no Câmpus Avançado de Jundiaí.

3.4 Gestão democrática

Em consonância com a Constituição Federal de 1988 e LDB nº 9394/96, que estabelecem a gestão democrática como um dos princípios bases da educação pública, gratuita e democrática, busca-se, no Câmpus Avançado de Jundiaí, fomentar a participação dos diferentes segmentos que compõem a instituição através de seus representantes nos seguintes espaços: Conselho de Câmpus (CONCAM), Conselhos de Classe Pedagógicos e deliberativos, comissões, reuniões, assembleias, atendimentos individuais, atendimento de representantes de classe, etc., de maneira a fomentar o exercício da cidadania e compromisso do coletivo para efetivação dos objetivos educacionais organizacionais.

Os esforços dispensados para que a gestão democrática se efetive no Câmpus avançado de Jundiaí parecem estar produzindo efeitos, pois quando “questionados”, por meio de um dos instrumentos utilizados na construção deste PPP, se “consideram que no Instituto Federal possui gestão democrática em suas ações, as seguintes respostas foram obtidas: 41, 8% considera que “sim, com certeza”; 37,7% considera que “sim, razoavelmente”; 14,9% considera que “só as vezes” e 6% considera que “nenhum pouco”.

A análise dos resultados aponta que a maioria dos sujeitos da amostra reconhece existência de gestão democrática na organização.

Quando solicitados a responder quais itens devem ser aprimorados para que a gestão nesta instituição seja mais democrática, obtivemos as seguintes respostas: “reuniões periódicas com os alunos” (73,1%), existência de entidades de representação, tais como grêmio estudantil (67,2%), participação de representantes da comunidade (47,8%), “assembleias e referendos com a comunidade” (32, 8%), alguns apontaram o Conselho de Câmpus (CONCAN) do Câmpus Avançado de Jundiaí, porém o mesmo já foi formado, a partir de eleição para composição de seus membros em junho de 2017.

No relatório da “matriz FOFA” um dos itens elencados como “FORÇA” do câmpus é a “Gestão democrática e proativa”.

Neste ponto cabe considerar que, ao partir do pressuposto que a participação do coletivo é favorecida em um contexto em que as relações e comunicação se estabelecem de forma respeitosa e empática, aparece a percepção dos alunos sobre as relações e comunicação entre servidores técnicos-administrativos e alunos. Os resultados apontam que a maioria considera muito boa a relação.

3.5 Cooperativismo

As atividades realizadas nos cursos do Câmpus Avançado Jundiaí, quando envolvidas pela temática do cooperativismo, procuram levar os alunos a refletirem e problematizarem perspectivas diferenciadas de negócios, vistas ao desenvolvimento social e econômico.

Segundo Mandel (1977), a autogestão se refere ao esforço empreendido num determinado trabalho em que o retorno é diretamente proporcional e as decisões de como controlar os recursos fica a cargo do próprio trabalhador. Já Motta (1981, p.166) define autogestão como sendo “[...] a negação da burocracia e de sua heterogestão, que separa artificialmente uma categoria de dirigentes de uma categoria de dirigidos”. De qualquer forma, a autogestão se caracteriza como uma forma oponente à gestão realizada nos modelos capitalistas.

Já a economia solidária é considerada uma forma alternativa de organização apoiada na associação dos trabalhadores, cujo objetivo se pauta na cooperação entre os associados para vencer problemas de competitividade mercadológica (CORAGGIO, 2000; GAIGER, 2000).

A análise das respostas de um dos instrumentos utilizados na construção deste PPP aponta que cooperativismo, como forma organizativa para o desenvolvimento do mundo do trabalho, é visto como “fundamental” em 57,4% das respostas, “Importante” por 33,8%, “pouco importante” por 5,9 % e “nada importante” por 2,9%.

Quando questionados “se o processo de ensino/aprendizagem no Instituto Federal auxilia na formação dos alunos para o trabalho com o cooperativismo?”, tivemos que, 41,2% consideram que “sim, razoavelmente”, 33,8% “sim, com certeza”, 19,1% “só as vezes” e 5,9% “nenhum pouco”.

Neste sentido o cooperativismo no IFSP é pensado em articulação com os conceitos de autogestão e a economia solidária.

3.6 Empreendedorismo

O tema do empreendedorismo é trabalhado no Câmpus Avançado de Jundiaí de maneira a levar aos alunos a compreensão dos principais elementos que constituem a atividade de pensar, planejar e constituir um novo negócio ou empreender novos projetos, processos e ideias num negócio já existente, quer seja para melhorá-lo ou ampliá-lo, considerando os riscos, oportunidades e as variáveis mercadológicas na elaboração de planos de negócios viáveis, inovadores e sustentáveis. Incluem-se técnicas que possibilitam identificar tais oportunidades,

criar e analisar planos de negócios empreendedores, bem como compreender as tendências e necessidades mercadológicas envolvidas.

Quando perguntados, através de um dos instrumentos utilizados na construção deste PPP, se consideram “que o processo de ensino/aprendizagem no Instituto Federal estimula o desenvolvimento de uma postura empreendedora por parte dos alunos?”, obtivemos o seguinte resultado: 49,3 consideram que “sim, razoavelmente”, 40,3% “sim, com certeza”, 9% “só as vezes” e 1,5% “nenhum pouco”.

Acerca de quais itens devem ser aprimorados para que a instituição estimule uma postura empreendedora, obtivemos 60,6% das respostas indicando necessidade de “existência de empresa júnior”, 68,2% “participação em linhas de pesquisa”, 66,7% “criação de incubadora de projetos”, 62,1% “participação em competições de empreendedorismo e 1,5% “apoio do SEBRAE”.

Por isso, é muito importante que os conteúdos abordados nos cursos sejam voltados a conceituar o empreendedorismo, identificar perfis empreendedores, desenvolver plano de negócios e estudar a viabilização do negócio e contemplar questões fundamentais como a propriedade intelectual, a legislação aplicada e aspectos gerais sobre ética e responsabilidade socioambiental.

3.7 Processo ensino-aprendizagem e metodologias

Ao pensarmos na consolidação do processo ensino aprendizagem, acreditamos que ele deva ultrapassar a mera reprodução de saberes, auxiliando a construção de conhecimento, ao mesmo tempo em que possibilite que o cidadão se torne crítico e exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade.

Reconhecendo que o produto do processo de ensino-aprendizagem é o conhecimento, para que ele possa gerar possibilidades de emancipação, cuidamos para que teorias e tendências pedagógicas bem como as questões do cotidiano escolar, sejam constantemente problematizadas no Câmpus Avançado de Jundiaí para subsidiar práticas e caminhos pedagógicos coerentes com as finalidades que a organização se propõe.

A diversidade de metodologias e recursos empregados nas aulas (tradicional exposição de conteúdos, aulas e projetos práticos, diálogos, interação, explanação de conceitos, dinâmicas, exercícios individuais e em grupo, intra e extra classe, pesquisas, elaboração de mapa conceitual,

entre outras) reflete a preocupação por construir formas distintas de ensinar, tendo em vista garantir a aprendizagem efetiva dos conhecimentos mobilizados. Por isso, as metodologias de ensino devem ser constantemente alvo de discussões tanto por parte dos professores como pela CAE.

Assim, nos instrumentos de escuta utilizados na construção deste PPP, o ensino Instituto federal é considerado como “excelente” em 33,8 % das respostas), “muito bom em 47,1%, “bom” em 17%.

Em resposta a questão “você considera que o ensino no nosso Câmpus pode ser classificado como?”, obtivemos as seguintes respostas: 36,8 % “inovador, prepara o aluno para os desafios do mundo do trabalho”, 19,1% “integral, prepara para a vida”, 39,7% considera “tradicional, só transmite conteúdos e informações úteis ao perfil de formação profissional”, e 4,4% “confuso, cada disciplina tem uma abordagem, não há coesão de objetivos na formação do aluno”. A maioria das respostas reportou o ensino como tradicional, acerca deste item, faz-se necessária uma reflexão com toda comunidade formadora na tentativa de aumentar a característica inovadora que prepara para os desafios do mundo do trabalho, pois resultados apontaram anseios por “aulas mais práticas”.

3.7.1 Avaliação

A avaliação da aprendizagem foi tema de um dos instrumentos de escuta utilizados na construção deste PPP. As respostas ao questionário apontam que 54,4% consideraram que a avaliação do Ensino no Instituto Federal é “baseada em provas escritas e apenas quantifica” e apenas 16,2% das respostas consideram que a avaliação é “emancipadora, incentiva a autonomia e considera a aprendizagem como um processo”.

Cabe aqui relembramos que os instrumentos de escuta utilizados para a construção deste documento são os primeiros passos. Considera-se mais apropriado olhá-los não como indicativos de certezas, mas como indicativos de questões nas quais devemos refletir e nos debruçar com mais afinco.

Diante análise destes resultados relacionados a temática da avaliação, a Comissão do PPP indica a necessidade ampliar a problematização e reflexão sobre os processos de avaliação que efetivamente estão se concretizando no Câmpus Avançado de Jundiaí, de maneira a colaborar para que os processos se efetivem em conformidade com os princípios educacionais do Câmpus.

3.7.2 Educação ambiental

A educação ambiental tem se assumido como uma aprendizagem social, pautada no diálogo e na interação proporcionada tanto por experiências em sala de aula como aquelas vividas cotidianamente. Neste sentido, abordar a educação ambiental como tema transversal no ambiente da escola, favorece a ressignificação de conteúdos, uma vez que estimula a problematização e desenvolvimento de ações sobre os problemas socioambientais (JACOBI, 2005, p.8)

O Câmpus Avançado de Jundiaí, busca em suas práticas sensibilizar os alunos sobre esta temática visando o desenvolvimento de criticidade e sensibilidade às questões socioambientais, mediante visitas a parques de preservação da fauna e flora, atividades relacionadas a separação do lixo orgânico e reciclável, dentre outras atividades.

3.7.3 Direitos humanos

Ao partimos da ideia de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos diz sobre pressupostos mínimos para uma vida digna e, ao considerarmos que a educação é um dos direitos universais do ser humano elencados neste documento, temos a escola como um do espaço formal importante para afirmação dos direitos universais humanos.

Enquanto espaço formal de ensino o Câmpus Avançado de Jundiaí procura desenvolver seu trabalho a partir de valores que embasam a declaração universal dos direitos humanos, através de ações que favoreçam experiências e a produção de conhecimento para a vida. Porém, não nos furtamos a reconhecer que o espaço da escola, muitas vezes produz e reproduz as contradições da sociedade na qual se insere, o que nem sempre assegura o exercício de uma cidadania ativa, uma vez que no Brasil a constituição da cultura de respeito aos direitos humanos vem sendo afirmada de forma lenta sinalizando necessidade de ações afirmativas para sua efetivação.

Neste sentido, busca-se que as temáticas correlatas aos direitos humanos além de perpassarem as disciplinas previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), sempre que oportuno, sejam também, trabalhadas em sensibilizações com os alunos, palestras e eventos culturais, científicos e esportivos do Câmpus.

Assim, ampliando olhar da educação como direito humano que permite acesso e conhecimento dos demais direitos, o perfil delineado para alunos egressos dos cursos ofertados

pelo Câmpus Avançado de Jundiaí, prevê que para além dos conhecimentos técnicos seja concretizada uma formação integral do cidadão, na perspectiva da transformação para uma sociedade mais democrática que respeite os direitos humanos.

3.7.4 Relações étnico-raciais

Em consonância com o significado ampliado de “Educação Inclusiva”- que prevê a educação que inclua as diferenças relacionadas não só as pessoas com deficiência, mas também as questões sociais, étnico-raciais, de gênero, econômicas, sexuais - e em atendimento à lei 10.639/03 que determina a inclusão do ensino de “História e Cultura Africana e Afro-brasileira” nos currículos de todos os níveis de ensino, o Câmpus Avançado de Jundiaí, cuida para que a temática das relações étnico-raciais perpassasse as disciplinas propostas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) dos cursos ofertados, bem como seja tratada em eventos do câmpus, além dos projetos de pesquisa e extensão nele desenvolvidos.

O Projeto Cultura di Quinta tem trazido vários temas que auxiliam os alunos a refletirem sobre as peculiaridades de cada ser humano e a aceitação das diferenças, este projeto tem como objetivos: promover ações culturais que articulem saberes da comunidade, dos servidores e estudantes do Instituto Federal de Jundiaí; propiciar uma vivência ampla, numa formação cidadã realmente integral; construir um conhecimento humanizado dentro da instituição; promover o desenvolvimento da percepção sobre o outro, e as diversas realidades; valorizar as ações culturais realizadas na região.

A respeito disso, o IFSP conta com Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), coordenado pela Reitoria, com representantes em cada unidade, os quais tem buscado, juntamente com a comunidade escolar, propostas e caminhos para a inserção efetiva do indígena e do afro-brasileiro em todas as esferas da sociedade.

3.8 Pesquisa

A lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu artigo 7º, inciso VIII, prevê, no que se refere às atividades de pesquisa no âmbito do IFSP, “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”.

Entendemos, como Demo (1987), a pesquisa como uma “atividade científica pela qual descobrimos a realidade”, que se configura num “conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos” (ANDRADE, 1997).

Nesta direção, consideramos a participação de nossos professores, alunos e técnicos administrativos em projetos de pesquisa, seja um bom caminho para a inserção no mundo acadêmico científico, favorecendo a construção de conhecimento, a produção e disseminação de novos saberes e soluções para problemas diagnosticados em suas respectivas áreas de estudo, em seu entorno e na sociedade.

Seguem os resultados obtidos das perguntas feitas a comunidade escolar sobre a temática da pesquisa:

- 61,8% considera “fundamental” o desenvolvimento da pesquisa para formação profissionalizante; 35% “importante” e “2,9”% “pouco importante”.

- 44,1% considera que o Instituto Federal “sim, razoavelmente” estimula o desenvolvimento de projetos de pesquisa; 36,8 % “sim, com certeza”; 17, 6% “sim, só as vezes” e 1,5% “nenhum pouco”.

- 39,7% considera que “sim, razoavelmente” participa de projetos de pesquisa; 38,2 % “sim, com certeza”; 19, 1% “sim, só as vezes” e 2,9% “nenhum pouco”.

- 62, 5% “não” participa ou participou de algum projeto de pesquisa, 29,7% “sim, um” e 7,8% sim, mais de um.

Ainda a questão: Existe alguma linha de PESQUISA que você tenha interesse e que ainda não tenha sido abordada no Instituto Federal? Qual?, fez submergir diversos temas, a saber: marketing social, pesquisa de mercado, pesquisa de campo, pesquisas na área de arqueologia, investir em pesquisas referentes à pessoas com deficiências, e em pessoas que vivem em situações precárias no país, linha tecnológica/informática, astronomia, mas sem fórmulas ou números, apenas pra conhecer as curiosidades do universo, culinária , dança, pesquisas que abordam as diversas religiões e intolerância existente, literatura brasileira, pesquisar mais sobre a história de outros povos, se desconectando da visão eurocêntrica, jogos, sobre a espécies de animais que estão em extinção e prevenção, comunicação, corpo humano, veterinária. Esses dados poderão subsidiar futuras pesquisas e projetos promovidos pelos docentes.

3.9 Extensão

A lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabelece, em seu artigo 7º item 4, que um dos objetivos “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”.

Compreendemos a extensão como defendeu Paulo Freire (1980 apud MOITA e ANDRADE, 2005): uma situação educativa, em que educadores e educandos assumem o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto que desejam (ambos) conhecer. Para Freire, ou se dá um processo de extensão dialógico, ou então se corre o risco de trabalhar com uma interpretação ingênua da realidade, quando não fosse explicitamente um instrumento de dominação, de invasão cultural.

Os resultados obtidos das perguntas feitas a comunidade escolar sobre a temática da extensão foram os seguintes:

- 59,1% considera “sim, com certeza que os projetos/ações de extensão auxiliam na formação profissional no Instituto Federal; 36,4% “sim, razoavelmente” e 4,5% só as vezes.

- 48,5% interessa-se “sim, com certeza” em participar de projetos/ações de extensão; 36,8 % “sim, razoavelmente”; 10,3% “só as vezes” e 4,4% “nenhum pouco”.

- 73% “não” participa ou participou de algum projeto/ação de extensão, 19% “sim, um” e 7,9% sim, mais de um.

Esses dados confirmam a importância das atividades de extensão tanto para o público interno quanto externo e reforçam para equipe escolar continuar oferecendo cursos e atividades e incentiva os alunos e servidores a externarem seus conhecimentos e experiências para a comunidade.

Capítulo 4 - Estrutura e Organização dos cursos

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos

termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

4.1 Cursos Técnicos

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Temos como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim podemos contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos *integrados*, podendo ser ofertado em cooperação com estados e municípios. Também podem ser organizados de modo *concomitante/subsequente* ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do *câmpus*, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os IFs.

Legitimando o compromisso com segmentos apartados da do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos e poderão ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. Os cursos poderão ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação a distância (EAD).

4.1.1 Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração de 3 anos e o ingresso é por meio de Processo Seletivo público.

a) Técnico em Logística

Em 2017 ocorreu o ingresso da 1ª turma do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Logística.

O Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio na modalidade presencial, tem como objetivo geral a formação de profissionais e cidadãos técnicos de nível médio competentes técnica, ética e politicamente, com elevado grau de responsabilidade social e que contemple um novo perfil para saber, saber fazer e gerenciar atividades, aspectos organizacionais e humanos, visando a aplicações na produção de bens, serviços e conhecimentos.

Os objetivos específicos são definidos de forma a garantir uma formação integrada entre o ensino médio (etapa final da Educação Básica) e o ensino profissional, evidentemente incluída a preparação para o trabalho preconizada na legislação. Estão alinhados diretamente aos conteúdos das áreas da base nacional comum (Linguagens, Matemática, Ciências Naturais e Ciências

Humanas), bem como ao perfil profissional do técnico em Logística, contido no Eixo Tecnológico “Gestão e Negócios”. Dentre os objetivos específicos, o curso Técnico de Nível Médio integrado com habilitação profissional em Logística constam:

- Contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade, a partir do domínio e uso das diferentes linguagens, de forma a construir e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artístico-culturais;
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mercado, respeitando os valores humanos, preservando o meio ambiente e considerando a diversidade sociocultural;
- Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões, enfrentar situações problema e construir argumentação consistente, de forma, também, a propiciar a aquisição de conhecimentos de base científica, técnica e humanista, direcionados para o eixo de Gestão e Negócios, na área de Logística;
- Ter iniciativa, responsabilidade e espírito empreendedor, exercer liderança, saber trabalhar em equipe, respeitando a diversidade de ideias, agindo de forma ética e visando ao exercício da cidadania e a preparação para o trabalho, além de promover uma visão holística do sistema logístico, possibilitando o planejamento, o acompanhamento e a execução de serviços, a curto, médio e longo prazo.

Perfil Profissional do Egresso:

O egresso do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Logística é um profissional habilitado com bases científicas, tecnológicas e humanísticas, para o exercício da profissão de modo crítico, proativo e ético, com visão do mundo do trabalho num contexto sócio-político e econômico com base no desenvolvimento sustentável. Aplica os principais procedimentos de transporte, armazenamento e logística; executa e agenda programas de manutenção de máquinas e equipamentos; colabora com a gestão de estoques; presta atendimento aos clientes; implementa procedimentos de qualidade, segurança e higiene do trabalho no sistema logístico; executa atividades de compras, armazenagem, movimentação, expedição e distribuição de

materiais e produtos; planeja atividades de armazenamento, distribuição, transportes e comunicações; estabelece canal de comunicação para viabilizar processos e operações logísticas.

b) Técnico em Administração

O curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – PROEJA, foi autorizado em dezembro de 2017 e contou com a oferta de 40 vagas em 2018. É voltado para alunos com mais de 18 anos e que não tenham concluído o Ensino Médio. O curso tem duração de 3 anos e será ministrado no período noturno, o concluinte fará jus ao diploma de técnico em administração executa as funções de apoio administrativo, confecção e expedição de documentos. Executa as funções administrativas de planejamento, organização, direção e controle, opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material. Utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais (MEC, 2012).

O curso busca a formação integrada e requalificação dos trabalhadores de modo que jovens e adultos possam adquirir e/ou aprimorar competências e habilidades proporcionando mais chances de inserção no mundo do trabalho, bem como possibilitar o prosseguimento dos estudos no ensino superior, pautado nas bases científicas, tecnológicas e humanísticas para o exercício da profissão, com perspectiva crítica, proativa, ética e global, considerando o mundo do trabalho, a contextualização sócio-político-econômica e o desenvolvimento sustentável, agregando valores artístico-culturais.

Tem como objetivo geral, proporcionar acesso de jovens e adultos trabalhadores à formação integrada de qualidade, aliando escolarização básica e formação profissional por meio da articulação entre experiências de vida e saberes escolares. Nesse sentido, o curso visa de atender às demandas regionais por profissionais de nível técnico em administração, os quais sejam tecnicamente competentes sem abrir mão da ética e de elevado grau de responsabilidade social.

Os objetivos específicos deste curso são:

- Desenvolver saberes que habilitem o estudante a entender, questionar e intervir nos fatos do dia a dia;
- Incentivar a capacidade investigativa diante da vida, buscando o conhecimento de forma criativa, crítica e constante;
- Formar profissionais com competências e habilidades administrativas que possam fazer parte do sistema econômico e produtivo e, de forma crítica, interagir com ele;

- Possibilitar a jovens e adultos as condições de inserção no mercado do trabalho para o desempenho de tarefas comumente exigidas no segmento administrativo;
- Capacitar o egresso para atuação nos diferentes setores de uma organização empresarial, tais como: gestão de pessoas, recursos materiais, patrimônio, logística, produção, sistemas de informações, finanças e marketing;
- Sensibilizar e preparar o aluno para a continuidade dos estudos, bem como desenvolver uma visão empreendedora, baseada no cooperativismo/associativismo.

Perfil Profissional do Egresso:

O profissional formado em Administração executa operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques. Aplica conceitos e modelos de gestão em funções administrativas. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais.

4.1.2 Técnico Concomitante/Subsequente

O curso técnico de nível médio concomitante/subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino Médio.

O Técnico em Comércio é uma habilitação profissional de nível médio, composta por três módulos. No currículo do curso, está prevista, também, uma certificação intermediária, de “Assistente de Vendas”, que se dará ao término do 2º. Módulo. Trata-se de uma qualificação que possibilita a atuação na área comercial.

A certificação “Técnico em comércio” se dará somente com a conclusão do terceiro módulo do curso, desde que o estudante tenha concluído também o Ensino Médio Regular.

O principal objetivo deste curso é formar profissionais Técnicos em Comércio de forma a proporcionar aos alunos uma formação técnica de qualidade capaz de atender expectativas e necessidades das empresas da região e aumentar suas chances de inserção e contribuição no mercado de trabalho. O Curso pretende desenvolver no aluno competências e habilidades para atuar na área de formação por meio de empresa ou negócio próprio, conhecendo os princípios do empreendedorismo e sendo capaz de avaliar a capacidade e planejar a qualificação da equipe de trabalho. Pretende também formar profissionais capacitados, com conhecimento das diferentes

formas de empreendimentos (negócios) e gestão aplicada, de técnicas de gestão e das funções de planejamento, controle e organização. Dessa forma, o curso atende à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que estabelece que os alunos egressos do ensino fundamental e médio, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, tenham a possibilidade de acesso à Educação Profissional, como forma de capacitação.

Dentre os objetivos específicos estão a formação de um profissional que participa, organiza e auxilia o processo de compras e vendas, bem como verifica as viabilidades econômicas e financeiras para efeito de planejamento empresarial; analisa o potencial de clientes e assessora os vendedores; atua de forma proativa nas decisões da organização, demonstrando liderança, iniciativa, sensatez e flexibilidade no ambiente de trabalho.

O curso também se propõe a habilitar o educando para assessorar na estrutura e no funcionamento da empresa com base na sua meta e nos seus objetivos, por meio das diretrizes, dados e informações contidas no planejamento estratégico, tático e operacional das empresas. Acompanha o processo de comercialização, distribuição, armazenagem, exportação e importação de produtos e serviços e atua na operacionalização do planejamento de recursos humanos, marketing, logística e comercialização.

Perfil Profissional do Egresso

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o Técnico em Comércio é um profissional apto a aplicar métodos de comercialização de bens e serviços, visando à competitividade no mercado e atendendo às diretrizes organizacionais; comunicar previsões e demandas aos fornecedores; efetuar controle quantitativo e qualitativo de produtos e proceder a sua armazenagem no estabelecimento comercial; operacionalizar planos de marketing e comunicação, logística, recursos humanos e comercialização. O egresso pode atuar nas diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

4.2 Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)

Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) são abertos a toda a comunidade. A oferta de vagas acontece ao longo do semestre e a faixa etária é livre. O ingresso nesses cursos se dá através de edital específico. A seleção acontece mediante ordem de chegada, sorteio, entre outros. Há que se observar, no entanto, se o edital que autoriza o curso estabelece algum tipo de

pré-requisito para frequentá-lo. Caso não haja nenhum tipo de pré-requisito, qualquer pessoa da comunidade poderá cursá-lo.

O objetivo dessa modalidade de ensino é ampliar o alcance da educação profissional e aproximar a escola da comunidade, promovendo a iniciação ou aprimoramento de conhecimentos específicos.

O oferecimento dos cursos FIC variam de acordo com o semestre e disponibilidade de carga horária dos professores. Os últimos cursos oferecidos no Câmpus Jundiaí foram: Preparatório para o Enem e exames vestibulares; Agente de Alimentação Escolar; Astronomia e Meio Ambiente; Fotografia Urbana; Química e Meio Ambiente; História da Arte: Leituras da Arte Moderna e Contemporânea; Educação Física Escolar; Filosofia política e direito: o Estado e a sociedade civil; Excel Intermediário; Projetos Socioeducativos em Artes Marciais, Lutas e Esportes de Combate; Biologia no ENEM: revisão, exercícios e simulados; Estado e Economia Política no Brasil atual; Fisiologia: matéria e energia nos sistemas biológicos; Teatro: Grupo Arte e Movimento e Redação para Vestibulares e Curso de Capacitação para Agentes de Desenvolvimento Infantil.

Capítulo 5 – Políticas e ações

O Câmpus Jundiaí realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas. Nas seções a seguir, trataremos dessas ações mais detalhadamente.

5.1 Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto de nº 7.234 no ano de 2010. Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes e têm por objetivo custear, parcial ou integralmente, os gastos dos estudantes, visando ampliar as condições de permanência e êxito nos cursos do IFSP.

Em 04 de novembro de 2014, foram aprovadas as resoluções nº. 135 e nº. 136: a primeira regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFSP, e a segunda, a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil. No ano de 2005, foram aprovadas as Resoluções 41/2015 e 42/2015, esta alterou a normatização dos auxílios da PAE e aquela alterou a Política

de Assistência Estudantil, ambas especificamente passaram a incluir ações de apoio aos estudantes do PROEJA.

A Assistência Estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência e pelo Programa de Ações Universais.

Programa de Auxílio Permanência: Esse programa é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social. O principal objetivo do programa é apoiar a permanência dos estudantes na instituição, por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico, saúde.

Programa de Ações Universais: As ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Este programa conta com a participação de estudantes, professores e técnicos-administrativos.

O Programa de Assistência Estudantil (PAE) do IFSP Câmpus Jundiaí, é regido pelos princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação, direcionando suas ações para as seguintes áreas: Alimentação, Transporte, Moradia estudantil e Apoio didático-pedagógico, as quais constam no Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010 e no Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do IFSP.

Tem como objetivos assegurar aos estudantes do Câmpus, igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas, promovendo o acesso, a permanência e a conclusão de curso, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação.

As ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Este programa conta com a participação de estudantes, professores e técnicos-administrativos.

5.2 Formação Continuada

A Política de Formação Continuada do IFSP, regulamentada por portaria específica, constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes, porém no Câmpus Avançado Jundiaí as atividades

foram estendidas também aos servidores técnicos-administrativos pelo entendimento que estes também fazem parte do processo de ensino-aprendizagem.

Tem por objetivos promover a valorização do profissional da educação; incentivar e apoiar as iniciativas de formação promovidas internamente; realizar a formação continuada por meio de reuniões ou encontros pedagógicos em que se tematizem as principais questões da prática docente, desenvolvendo a reflexão crítica sobre o fazer pedagógico, também em busca de alternativas frente às dificuldades e problemas do contexto educativo; contribuir para a melhoria da prática docente; realizar suporte pedagógico diante das demandas identificadas; promover discussões e divulgar materiais pertinentes aos temas de formação desenvolvidos e propiciar estudos pedagógicos e da legislação relacionada à educação, realizados de modo reflexivo sobre a ação educacional.

A equipe, planeja e executa ações locais, de acordo com a demanda específica da unidade, tendo o compromisso de compartilhar e divulgar as ações de formação continuada desenvolvidas no *câmpus* com a PRE e os outros *campi*.

Os temas abordados até o momento foram: Computador Interativo com Lousa Eletrônica; Combate ao Preconceito; Recursos Tecnológicos Educacionais; Ações Inclusivas; Indisciplina no ambiente escolar.

5.3 Políticas e Ações de EXTENSÃO

A Extensão consiste em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição educacional e os diversos setores sociais. Assim, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. Além disso, a Extensão compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada *câmpus* se encontra inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnico-administrativos e discentes envolvidos.

As ações de Extensão são classificadas em cursos e atividades. Têm a finalidade de atender as demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de

escolaridade. Já as atividades são aquelas realizadas fora da sala de aula. As principais são as seguintes:

Empreendedorismo e cooperativismo: apoio à formação empreendedora por meio de programas institucionais.

Estágio e emprego: atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e de operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).

Eventos: podem ser organizados sob a forma de encontro, seminário, palestra, oficina, congresso, mostra, entre outras. Com temáticas diversas, são voltados à participação e integração das comunidades externa e interna.

Projetos sociais: conjunto de ações, técnicas e metodologias inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade externa e apropriadas por essa. Têm como objetivos representar soluções para a inclusão social, as relações étnico-sociais, a geração de oportunidades e a melhoria das condições de vida.

Relações internacionais: ações de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e celebração de convênios, destinados à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

Visitas Técnicas: atividades educacionais supervisionadas, desenvolvidas em ambientes externos ao IFSP, que visam a promover uma maior interação dos estudantes das diferentes áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

Bolsa de Extensão: oferece ao estudante, de qualquer modalidade ou nível de ensino, bolsa para participar de projetos ou programas de extensão, cujas temáticas são diversas, inclusive culturais, e que incluem a participação em ações junto à comunidade externa. Tais projetos podem ser fomentados pela Pró-reitoria de Extensão, por meio de editais de seleção de projetos e programas, ou pelo próprio câmpus, por meio de editais internos.

PROEXT: o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESu), anualmente, lança editais para Projetos e Programas de Extensão Universitária. Alunos de curso superior poderão participar, como bolsistas, dos projetos contemplados.

A Coordenadoria de Extensão vem desenvolvendo suas atividades procurando atender aos interesses da comunidade ao qual o câmpus está inserido, articuladas com a vocação e qualificação acadêmicas dos docentes, discentes e técnico-administrativos envolvidos.

Desde o surgimento, o Câmpus Jundiaí tem ofertados diversos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) já citados anteriormente.

5.4 Políticas e Ações de PESQUISA E INOVAÇÃO

As ações de Pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos, visam o desenvolvimento por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (alunos de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço da social.

A atividade de transferência de tecnologia e inovação tem como finalidade implementar, gerir, desenvolver e consolidar a política institucional de empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologia. A iniciativa tem o papel estratégico de impulsionar as ações de cooperação do Instituto Federal com as empresas do aglomerado de Jundiaí, qualificando ainda mais a formação dos alunos e contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável da sociedade.

5.5 Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-reitoria de Ensino.

Referente a bolsa discente na área de Ensino, no 2º semestre de 2017 foi ofertada uma bolsa para o aluno selecionado para o projeto do docente de biologia, que versou sobre Lixo, intitulado “Da coleta seletiva no Câmpus à gestão de resíduos sólidos em Jundiaí: desafios da sustentabilidade socioambiental”.

Também em 2017, foram oferecidas três bolsas para alunos auxiliarem nos projetos de extensão, uma para o Cultura di Quinta, uma para o Projeto LIEP (Laboratório Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa) e uma para projeto Roda das Meninas. No 1º semestre de 2018, funcionou o Grupo de Teatro Arte e Movimento com um bolsista e atualmente existem dois bolsistas para o Projeto Cultura di Quinta.

Em pesquisa e inovação existem dois projetos em andamento com um bolsista em cada um deles: "Potencial revolucionário e transformador das experiências cooperativistas e de autogestão para a classe trabalhadora brasileira e mundial" e "A educação estética e a arte como propulsora de um currículo integrado: as lacunas nas orientações curriculares atuais e os novos rumos para a arte educação"

5.6 Órgãos da Administração do Câmpus

Conselho de Câmpus (CONCAM): o Conselho de Câmpus é o órgão normativo, consultivo e deliberativo, como instância máxima no âmbito de cada Câmpus, por delegação do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo. Conta com a composição do diretor, representantes docentes, discentes, técnicos-administrativo e sociedade civil. Compete a ele subsidiar e assessorar a Direção-Geral do Câmpus, aprovando diretrizes para atuação local, propostas orçamentárias, projetos, regulamentos internos e normas disciplinares, entre outras atribuições. Assim, serão estabelecidas competências gerais do Conselho de Câmpus no que se refere a: informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; diretrizes e metas de atuação do Câmpus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional; calendários acadêmicos do Câmpus; promoções e divulgações das atividades do IFSP junto à sociedade; questões submetidas à sua apreciação; propostas de projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações.

Conselho de Classe (Pedagógico e de Curso): os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso/Área e do Pedagogo da CAE/CSP. São realizados de acordo com a proposta de cada curso e calendário escolar. A proposta de consolidação de espaços de discussão nos conselhos consultivos, favorecida pela Organização Didática, trouxe ao *Câmpus* uma nova realidade ao acompanhamento contínuo dos alunos do nível técnico. A abertura ao diálogo e o constante relacionamento entre os professores e a CAE/CSP possibilitam o compartilhamento dos processos de ensino aprendizagem, das dificuldades em lidar com os alunos, buscando juntos soluções e caminhos para a melhoria do ensino.

Conselho de Classe Consultivo: também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo Pedagogo ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Ocorre de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso ou pela CAE/CSP de cada Câmpus, com periodicidade bimestral, é dividido em três partes: na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a CAE/CSP apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas

didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

Conselho de Classe Deliberativo: são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, o Representante CAE/CSP fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a CAE/CSP encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso/Área.

5.7 CPA - Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, foi instituída no IFSP, em consonância com o art. 11, da Lei nº. 10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Ela é composta por representantes externos e internos ao IFSP (professores, alunos e servidores técnico-administrativos) e tem como função coordenar a Autoavaliação Institucional do IFSP. É importante ressaltar que os processos de avaliação interna são fundamentais para a tomada de decisão e para a melhoria contínua da qualidade acadêmica.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável por coordenar a autoavaliação institucional, desde a elaboração do método, passando pela sua implementação e sistematização dos resultados, até a redação do relatório final, que subsidia o planejamento administrativo pedagógico e é usado pelo INEP/MEC para o credenciamento institucional e reconhecimento dos cursos, entre outras atividades.

A avaliação própria é um processo contínuo com o qual a Instituição adquire conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. A CPA é composta por representantes dos professores, alunos e servidores técnico-administrativos.

A CPA tem atuação efetiva nas práticas acadêmicas e administrativas, possibilitando por meio de avaliações internas a melhoria dos serviços de diversos setores, melhorando equipamentos, processos, acervos, entre outros, buscando atender plenamente os anseios da comunidade.

No IFSP Jundiaí temos como representantes do corpo docente o professor Daniel Perez e representando os servidores técnicos-administrativos Thais Mariano Cunha.

5.8 Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil é canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil.

No que diz respeito a representação dos alunos no Câmpus Jundiaí houve recentemente a formação do Grêmio Estudantil. O grêmio estudantil representa os estudantes da escola. Seu maior objetivo é unir e movimentar os estudantes para a discussão de seus direitos e deveres, debatendo assuntos diversos sobre escola, comunidade e sociedade.

Em cada classe há um representante e um suplente que têm levado a direção algumas demandas dos alunos no que se refere a didática do professores, estrutura física e necessidades gerais dos estudantes.

Capítulo 6 – Diagnóstico, Metas e Ações

A aquisição de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade requer a identificação dos desafios que se apresentam no percurso educativo. Tais desafios se vinculam a organização do trabalho pedagógico da escola em todos os campos, colocando a necessidade de diagnosticar os principais problemas da escola encontrados pela comunidade. A partir dos diagnósticos pode se, então, estabelecer propostas de ações para a superação destes problemas.

Sendo assim, seguem os desafios institucionais que necessitam ser enfrentados pelo Câmpus, bem como propostas coletivas de superação:

6.1 - Dimensão: Ensino		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos

Problemas com evasão no Câmpus	Identificar as principais causas da evasão/ Aprimorar ações de orientação educacional e aumentar os projetos de ensino, pesquisa e extensão	Docentes, CAE/CSP e Direção do Câmpus/2020
Criação de cursos de graduação e pós-graduação considerando a ausência de universidades públicas na cidade de Jundiá	Desenvolvimento de projeto junto a Reitoria para implantação de novos cursos	Direção do Câmpus e Reitoria/2019
Problemas nos equipamentos das salas de aula	Aprimoramento da forma de utilização dos equipamentos	Docentes e técnicos-administrativos/2020
Incentivo às atividades culturais	Estimular a organização e manifestação de atividades culturais com maior frequência	Docentes, técnicos-administrativos, Representantes discentes/2020
Necessidade de mais assistentes de alunos devido ao aumento de membros da comunidade escolar e aumento de espaço físico de atendimento	Concurso público de efetivação de servidores (assistentes de alunos)	Direção do Câmpus e Reitoria/2020

6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
Bolsas de iniciação científica	Aumentar a oferta de bolsas de iniciação científica	Coordenador de pesquisa, Docentes/2020
Necessidade de adquirir parcerias para desenvolvimento de projetos	Estabelecimento de parceria com Fundações de Apoio	Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Coordenador de Pesquisa e Docentes/2020

6.3 - Dimensão: Extensão		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
Projetos de dança, teatro e esporte no Câmpus ajudariam tanto ao acesso à cultura para os alunos como também no desenvolvimento de melhor desempenho escolar	Realizar projetos em parceria com a comunidade local	Docentes, Técnico-administrativos e Coordenadoria de Extensão/2020
Desconhecimento do Câmpus pela população de Jundiá	Aprimorar a propaganda do Instituto realizado na cidade, aumentando o contato da instituição com outras entidades locais	Comissão de comunicação, Docentes e Técnicos-administrativos/2020
Diminuta participação da Comunidade Externa / Necessidade de desenvolver um contato mais efetivo	Ampliar a divulgação das ações desenvolvidas pelo Câmpus na imprensa local (impresa e eletrônica) e para o público alvo	Docentes e Técnicos-administrativos/2020

6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
Melhoria da infraestrutura	Desenvolvimento de projeto junto a reitoria e outros órgãos parceiros para ampliação do Câmpus	Direção do Câmpus e Reitoria/2019
Espaço inadequado para ampliação e atualização do Acervo Bibliográfico do Câmpus	Aguardar a mudança para o novo câmpus	Direção do Câmpus/2022
Oferta de alimentação	Solicitação à reitoria de implantação do Restaurante estudantil	Direção do Câmpus e reitoria/2022
Sobrecarga de atividades por servidor em função da quantidade insuficiente de técnicos-administrativos	Ingresso de servidores para atuar no âmbito administrativo, a partir da liberação de código de vagas pelo Ministério do Planejamento	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional/2020
Necessidade de capacitação	Maior oferta de capacitações através do aprimoramento da atuação da comissão de formação continuada/Fomentar a vinda de profissionais externos para palestras e oferecer cursos	Coordenadores dos setores, docentes e técnicos-administrativos/2019
Dificuldade de comunicação interna	Decisões e ações das coordenações sejam repassadas aos servidores durante todo o processo	Todos os setores/2019

Salientamos que as metas e respectivos responsáveis ora propostos são sugestões e as datas são previsões que podem sofrer alterações devido as condições do Câmpus, principalmente relacionadas ao espaço físico e à quantidade de servidores.

Considerações finais

Considerando o Projeto Político Pedagógico é um documento que deve estar em constante reformulação, de maneira a contemplar as mudanças da escola, sugere-se que hajam mais espaços de discussão para que toda comunidade escolar possa expressar suas ideias para melhoria da dinâmica escolar e do processo de ensino-aprendizagem.

Referências

ANDRADE, M. M. de. *Introdução à Metodologia do trabalho científico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: Lei n. 9.394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

_____. Ministério da Educação. *Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica*: Concepções e diretrizes. Brasília, 2010.

_____. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, 2009.

CORRAGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel (Org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Salvador: Vozes, 2000. p.133-141.

DELLORS, J. *Educação um Tesouro a Descobrir*. São Paulo: Cortez, 1999.

DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987. 118 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas*. In: NOVAES, R e Vanuchi, P. (orgs). *Juventude e sociedade - trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

GAIGER, L. I. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel (Org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Salvador: Vozes, 2000. p.191-198.

GONÇALVES, M. R. ; et al. *Construindo Caminhos: A psicologia e sua relação com a educação*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2016 (CARTILHA).

IFSP. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013*. São Paulo, 2009.

IFSP. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018*. São Paulo, 2014.

JACOBI, P. *Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo* Educ. Pesqui. vol.31 no.2 São Paulo May/Aug. 2005.

MANDEL, E. *Control obrero, consejos obreros, autogestión*. 2. ed. Ciudad de México: Ediciones Era, 1977.

MOITA, F. M. G. da S. C. e ANDRADE, F. C. *A indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão: o caso do estágio de docência na pós-graduação*. In Revista Olhar de professor, Ponta Gross-PR, (8):2, 77-92, 2005.

MOTTA, F. C. P. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PACHECO, Eliezer (Org.). *Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. *O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). Maria. *Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho*. Brasília, MEC/SETEC, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1 - Questionário “Estrutura e atendimento”

AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA

Critério de pontuação de 1 (para ruim) a 5 (para ótimo).

Salas de aula

1 2 3 4 5

Laboratórios de Informática

1 2 3 4 5

Biblioteca

1 2 3 4 5

Banheiros

1 2 3 4 5

Áreas de Convivência

1 2 3 4 5

Comentários e sugestões sobre a estrutura do Câmpus

AVALIAÇÃO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS

Em geral como é a relação e comunicação dos servidores dos setores com os alunos

1 2 3 4 5

Como são as orientações dadas pelos servidores dos setores aos alunos

1 2 3 4 5

Comentários e sugestões sobre os servidores administrativos

AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES

De modo geral, os professores demonstram conhecimento a respeito dos temas e conteúdos?

Todos A metade Poucos

Os Professores trabalham o conteúdo de forma clara e objetiva?

Todos A metade Poucos

Comentários e sugestões sobre os professores

ANEXO 2 - Questionário “Princípios político-pedagógicos do Câmpus Jundiaí”

As possíveis respostas geravam em torno das seguintes escalas:

Sim, com certeza

Sim, razoável

Pouco, às vezes

Nem um pouco, nunca

- 1) Você considera que, durante o processo de ensino/aprendizagem, o desenvolvimento do **SENSO CRÍTICO** dos alunos é:
- 2) Você considera que o processo de ensino/aprendizagem no Instituto Federal auxilia o desenvolvimento do **SENSO CRÍTICO** dos alunos?
- 3) Você considera que as políticas de ensino, de ingresso e de estrutura do campus Jundiaí são:
- 4) Para que esta instituição seja mais **INCLUSIVA**, quais itens devem ser aprimorados?
- 5) Você considera que, durante o processo de ensino/aprendizagem, o desenvolvimento da **CRIATIVIDADE** dos alunos é:
- 6) Você considera que o processo de ensino/aprendizagem no Instituto Federal auxilia o desenvolvimento da **CRIATIVIDADE** dos alunos?
- 7) Durante os processos de ensino/aprendizagem, como pode ser desenvolvida a **CRIATIVIDADE** dos alunos?
- 8) Você considera que o processo de ensino/aprendizagem no Instituto Federal estimula o desenvolvimento de uma **POSTURA INOVADORA** por parte dos alunos?
- 9) Para que esta instituição estimule mais a **POSTURA INOVADORA** dos alunos, quais itens devem ser aprimorados?
- 10) Você considera que o Instituto Federal possui **GESTÃO DEMOCRÁTICA** em suas ações?
- 11) Para que a gestão nesta Instituição seja mais **DEMOCRÁTICA**, quais itens devem ser aprimorados?
- 12) Você considera que o **COOPERATIVISMO** como forma organizativa para o desenvolvimento do mundo do trabalho é:
- 13) Você considera que o processo de ensino/aprendizagem no Instituto Federal auxilia na formação dos alunos para o trabalho com o **COOPERATIVISMO**?
- 14) Você considera que o processo de ensino/aprendizagem no Instituto Federal estimula o desenvolvimento de uma postura **EMPREENDEDORA** por parte dos alunos?

- 15) Para que esta Instituição estimule mais uma postura EMPREENDEDORA, quais itens devem ser aprimorados?
- 16) O que você considera importante ser mais estimulado no processo de ensino/aprendizagem do Instituto Federal para a melhoria do vínculo com o mercado de trabalho?
- 17) Você considera que o ENSINO no Instituto Federal é:
- 18) Você considera que o ENSINO no nosso campus pode ser classificado como:

- 19) Você considera que as METODOLOGIAS de ensino no Instituto Federal são:
- 20) Existe alguma METODOLOGIA de ensino interessante que você conheça e que ainda não tenha sido abordada no Instituto Federal? Qual?
- 21) Você considera que a AVALIAÇÃO do ensino no Instituto Federal é:
- 22) Você considera que o desenvolvimento da PESQUISA para a formação profissionalizante é:
- 23) Você considera que o Instituto Federal estimula o desenvolvimento de projetos de PESQUISA?
- 24) Você se interessa em participar de projetos de PESQUISA?
- 25) Você participa ou participou de algum projeto de PESQUISA?
- 26) Existe alguma linha de PESQUISA que você tenha interesse e que ainda não tenha sido abordada no Instituto Federal? Qual?
- 27) Você considera que os projetos / ações de EXTENSÃO auxiliam na formação profissional no Instituto Federal?
- 28) Você se interessa em participar de projetos / ações de EXTENSÃO?
- 29) Você participa ou participou de algum projeto / ação de EXTENSÃO?
- 30) Existe algum projeto / ação de EXTENSÃO que você tenha interesse e que ainda não tenha sido realizado no Instituto Federal? Qual?